



EDITAL Nº 90027/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2026 - SEMA/PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00081.001085/2026-57
REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERESINA - PI, POR INTERMÉDIO DA ENTIDADE AUTÁRQUICA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ETURB

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO (AQUISIÇÃO) DE INSUMOS BETUMINOSOS, COM TRANSPORTE COMERCIAL INCLUSO (A FRIO E A QUENTE), CONSIDERANDO DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE - DMT DE 600 KM, PARA ENTREGA NA USINA DE ASFALTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 45.741.040,50 (QUARENTA E CINCO MILHÕES, SETECENTOS E QUARENTA E UM MIL E QUARENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 30/07/2026, ÀS 09H30MIN

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: FECHADO/ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

GARANTIA PROPOSTA: NÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2026
REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE BENS COMUNS
PROCESSO SEI Nº 00081.001085/2026-57

O Município de Teresina - PI, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, através da Supervisão de Processamento de Contratações Públicas SUPE-PCP-SEMA, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024 e as demais exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Sistema eletrônico de compras: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF

OBS.: Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições do Termo de Referência, prevalecem as disposições do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Nota Explicativa: Toda a análise dos documentos relacionados à proposta dos licitantes é realizada pelo setor técnico do órgão demandante, cabendo ao Pregoeiro apenas dar publicidade às decisões oriundas do referido órgão. Quanto à análise dos documentos de habilitação, caso seja necessário apoio técnico, o Pregoeiro poderá remeter o processo para a emissão de pareceres complementares que subsidiem sua análise.

PARTE GERAL

CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes da **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data e horário.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo

horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro ou agente de contratação em contrário.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Edital indicará se o fornecimento ou a prestação do serviço ocorrerão de forma continuada ou não.

2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.

2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no **Anexo I - Termo de Referência** - constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.

2.4. Caso se trate de aquisição de bens, a forma de fornecimento do objeto será definida na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com o detalhamento constante no Termo de Referência- Anexo I.

2.5. Caso se trate de **contratação de serviços**, a **Parte Específica** deste Contrato definirá o respectivo regime de execução.

2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, **a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:**

2.6.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.

2.6.2. O registro a que se refere o subitem 2.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024;

2.6.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.6.1, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

2.6.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

2.6.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

2.6.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.6.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:

2.7.1. órgãos gerenciador e participantes;

2.7.2. adesões;

2.7.3. preços registrados e respectivos reajustes;

2.7.4. vigência.

2.8. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no cadastro de fornecedores e no sistema de compras indicados no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastro de fornecedores dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. Caso tenha previsão, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e suas alterações.

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, [§ 1º](#), art. 43, da Lei Complementar 147/2014.

3.2.6. A **Parte Específica** do Edital irá definir a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.2.7. A **Parte Específica** do Edital irá definir a aplicação cota de até 25% (vinte e cinco por cento) nos bens de natureza divisível, para a contratação de microempresa e empresas de pequeno porte, nos termos do §1º artigo 47 da Lei Complementar nº 147/2014.

3.2.7.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.2.7.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.2.7.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preços ou entregas parceladas, a prioridade de aquisição dos produtos será das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de **empresas em consórcio**, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa- líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas **não poderão participar**, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1;

3.3.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração e condicionada a comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

3.3.8. A proposta deverá ser enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

3.12. A **Parte Específica** definirá a permissão de subcontratação.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.6 O licitante deverá em campo próprio do sistema eletrônico, que desenvolve programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.8. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.9. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Nos casos de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente edital.

4.7. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4.1 a 4.4.9 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de **garantia de proposta** como **requisito de pré-habilitação**.

4.16. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Anexo I- Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. A proposta de preços inicial deverá conter as características do produto ofertado, indicando obrigatória e expressamente, a sua marca, **se for o caso**.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

5.7. Com a apresentação da proposta, o licitante declara estar ciente de que, nos termos da Lei nº6.247. de 18 de agosto de 2025, que deverá reservar no mínimo 10% (dez por cento) de vagas de emprego para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro ou agente de contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso

de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro ou agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro ou agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro ou agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro ou agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro ou agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. **Havendo eventual empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.1.1 Os fornecedores que declararam que desenvolvem programas de integridade, quando solicitados pelo pregoeiro ou agente de contratação, apresentar documentação comprobatória, conforme modelo da definido pela Controladoria Geral da União, em atendimento ao disposto no Decreto nº 12.304/2024.

6.21.1.2. As empresas que declarem falsamente a existência do programa de integridade, serão inabilitadas, e estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação.

6.21.1.3. É importante registrar que os critérios de desempate são realizados de forma automática pelo sistema, obedecendo os critérios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro ou agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.1.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.1.3. Após a negociação do preço, o pregoeiro ou agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.23. DO ENVIO, DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.23.1. Após a negociação, o pregoeiro ou agente de contratação convocará o licitante classificado em primeiro lugar, para que, no prazo não inferior a 02(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1.1. É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23.1.2. O pregoeiro ou agente de contratação verificará a proposta apresentada, e a desclassificará, motivadamente, se não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.23.1.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

6.23.1.4. O agente público responsável pela condução do certame **poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade contratante ou de terceiros**, para orientar sua decisão.

6.23.1.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.23.1.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.23.1.7. O licitante deverá apresentar, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.24. Será desclassificada a proposta que:

6.24.1. conter vícios insanáveis;

6.24.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.24.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.24.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.24.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.25. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.25.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 6.25, só será considerada após diligência do pregoeiro ou agente de contratação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.26. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.26.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

6.26.1.1. Serão aceitos, para fins de comprovação da exequibilidade dos preços ofertados, documentos como contratos anteriormente firmados, bem como notas fiscais emitidas dos 12(doze) últimos meses da data de abertura do certame.

6.26.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

6.26.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

6.26.4 Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

6.26.5 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

6.26.6 Estudos setoriais;

6.26.7 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

6.26.8 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.27. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.28. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja majoração do preço.

6.28.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.28.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.28.3. O prazo concedido para saneamento ou diligências na proposta apresentada pela licitante será de 02(duas) horas.

6.28.3.1. É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar, por até 12(doze) horas, o prazo estabelecido no subitem 6.28.3, desde que haja solicitação devidamente fundamentada da licitante, realizada por meio do chat, antes do término do referido prazo.

6.28.3.2.A inobservância, por parte da licitante, da resposta integral a todos os questionamentos formulados na fase de diligência implicará em sua imediata desclassificação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

6.29. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos documentos enviados pelo licitante vencedor, o pregoeiro ou agente de contratação exigirá **apresentação de amostra** do item no prazo estabelecido no **Termo de Referência-Anexo I**.

6.29.1. A amostra deverá ser encaminhada conforme local, data e horário estabelecidos pelo pregoeiro ou agente de contratação.

6.29.2. A amostra, catálogo, manual ou ficha técnica será submetido à análise comparativa com os aspectos técnicos exigidos no Termo de Referência.

6.29.3. A amostra, em análise, poderá vir a ser total ou parcialmente danificada, sem que isto implique qualquer ônus para a Contratante.

6.29.4. Em até **2 (dois) dias úteis** após o prazo de envio da amostra, a Administração remeterá ao pregoeiro ou agente de contratação relatório, aprovando ou desaprovaando o item submetido à análise prévia.

6.29.5. Em sendo desaprovado o item ofertado pelo licitante vencedor da fase de lances, o pregoeiro ou agente de contratação deverá notificar o licitante classificado em segundo lugar para, observados os procedimentos dos subitens anteriores, também apresentar sua amostra ou ficha técnica do material.

6.29.6. Os procedimentos dos itens acima deverão ser repetidos até que seja verificada a compatibilidade da amostra ou das informações da ficha técnica com as especificações técnicas exigidas no Edital.

6.29.7. A amostra aprovada pela Administração servirá de prova para a rejeição de material entregue em desconformidade com o Edital. Não será considerada como parte do material e somente será devolvida após o aceite definitivo da totalidade do item contratado.

6.29.8. A aprovação prévia de item mediante a análise de ficha técnica ou catálogo do fabricante durante a realização do pregão eletrônico não obriga a Contratante receber definitivamente o material se, por ocasião do aceite definitivo, for constatada desconformidade do material entregue com a prescrição edilícia.

6.29.9. A amostra reprovada somente poderá ser devolvida após exaurida a fase recursal.

6.29.10. O recolhimento da amostra (aprovada ou rejeitada) por parte do licitante se dará às expensas deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da comunicação pela Administração para sua retirada, sob pena do material ser considerado abandonado.

6.29.11. A **Parte Específica** deste Edital pode definir os **termos específicos da amostra**.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. O pregoeiro ou agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.1.5. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*

7.1.6. *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital.*

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Realizar as diligências necessárias para verificar a veracidade das declarações apresentadas pelo licitante no sistema eletrônico.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital (habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.1.1. Caso o Cadastro eletrônico de fornecedor indicado na **Parte Específica** não contemple todos os documentos relativos a habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação

econômico-financeira), será concedido o prazo de 02(duas) horas, contadas da convocação no chat do sistema, para o envio dos documentos complementares.

8.1.1.1.O prazo previsto no item 8.1.1 poderá, mediante justificativa, ser prorrogado por igual período.

8.1.2.A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.1.3. Os documentos de habilitação **serão considerados válidos quando sua validade abranger a data de abertura da sessão pública**. Caso o prazo de validade de algum documento se expire após a abertura da sessão, porém antes da convocação do licitante classificado, este deverá apresentar, quando convocado, o documento atualizado e com validade vigente, **sob pena de inabilitação**.

8.2. Caso a **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido **garantia de proposta como requisito de pré-habilitação**, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2.1.Será considerada válida apenas a garantia emitida até a data de abertura do certame, tendo em vista que a garantia de proposta, no valor de até 1% (um por cento) do valor estimado para o certame, tem como finalidade demonstrar a seriedade da oferta apresentada pelo licitante e assegurar a Administração contra eventuais prejuízo caso o concorrente vencedor não assine o contrato.

8.2.1.1.O valor da garantia de proposta poderá ser calculado com base no percentual aplicado sobre o valor total dos lotes ou itens de interesse do licitante, em conformidade com o Acórdão TCU nº 6.116/2025 - 1ª Câmara.

8.2.1.1.1. Não será aceita garantia com prazo de validade inferior ao da proposta apresentada pelo licitante, **sob pena de desclassificação**.

8.2.1.1.2. Quanto à aceitabilidade da garantia apresentada, a responsabilidade cabe ao pregoeiro, e não ao órgão demandante, devendo a análise observar os critérios estabelecidos pela SUSEP.

8.2.1.2. Para fins da garantia proposta, o licitante deverá observar as modalidades dispostas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21, sendo elas: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma de escritural, seguro-garantia ou fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

8.2.1.3.Para fins de **fiança bancária**, o depósito deverá ser realizado na seguinte conta: **Banco do Brasil - Agência nº 3791-5, Conta Corrente nº 75.336-X**, em nome da **Prefeitura Municipal de Teresina (PI)**, CNPJ nº **06.554.869/0001-64**.

8.2.2.Em razão da inoperância do sistema Compras.gov, que não aceita o cadastro prévio da garantia de proposta, a licitante deverá encaminhar a garantia no momento do envio da proposta readequada, para fins de comprovação.

8.2.3. O não cumprimento dessa exigência do item 8.2.1. implicará na imediata retirada do licitante do certame.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro ou agente de contratação.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.4.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.4.2.2 Os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação**, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, caso haja indícios de qualquer ilegalidade, será aberto procedimento apartado para apuração da infração administrativa ou eventual crime. De toda forma, a situação será apurada de acordo com o caso concreto e será punida na medida de suas condutas.

8.6.1.Segundo entendimento consolidado do TCU "A documentação exigida deve restringir-se ao rol definido pelos arts. 66 a 69 da Lei 14.133/2021, ou seja, nada mais poderá ser exigido, a não ser para atendimento a Leis especiais". Além disso, tem-se que o requisito de habilitação social em questão possui caráter absoluto, ou seja, deve ser exigido em todos os casos, não havendo margem para a Administração para sua dispensa. Pela literalidade da lei, portanto, e considerando o entendimento da Corte de Controle Externo, tem-se que o documento exigido, via de regra, pela Administração, na fase de habilitação, para fins de comprovação da observância da Lei nº 8.213/91, seria a declaração prevista no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021.

8.6.2.Em observância aos princípios da legalidade e isonomia, caso o licitante declare que cumpre a cota de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, e se for constatado, através da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, expedido pelo MTE (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>), que o número de PCD s é inferior ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, o mesmo não será inabilitado de imediato, pois o TCU entende que a certidão emitida pelo MTE é apenas uma das formas de informar o cumprimento da medida, sendo possível a licitante comprovar o preenchimento por meio de dados do e- Social, de contratos de trabalho, comprovantes de vínculo empregatício ou quaisquer outros meios de provas admitidos em direito.

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

8.8. A verificação pelo pregoeiro ou agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido no sistema eletrônico.

8.8.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.9. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para **apurar fatos existentes à época da abertura do certame**; e

8.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10.3. O prazo concedido para as respostas às diligências, saneamentos ou complementações realizadas aos licitantes será de 02(duas) horas.

8.10.3.1.É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar, por até 12(doze) horas, o prazo estabelecido no subitem 8.10.3, desde que haja solicitação devidamente fundamentada da licitante, realizada por meio do chat, antes do término do referido prazo.

8.10.3.2.A inobservância, por parte da licitante, da resposta integral a todos os questionamentos formulados na fase de diligência implicará em sua imediata inabilitação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o disposto no subitem 8.1 do Edital.

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.15 Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade

para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, do IBGE.

k) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

l) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.16.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.16.2.1. A **Parte Específica** discriminará as exigências de qualificação técnica.

8.16.2.1.1. A **Parte Específica** discriminará as exigências técnicas relevantes para o objeto a ser executado, no entanto, deverá ser observado também:

a) Apresentar prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, **quando for o caso;**

b) Apresentar registro ou inscrição na entidade profissional competente, **quando for o caso;**

c) Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

d) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

i) Quando for prevista a **subcontratação no Termo de Referência, Anexo I**, a licitante deverá apresentar atestados do potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado.

i.1) Caso a licitante não pretenda subcontratar, deverá apresentar declaração expressa informando que executará integralmente o objeto da contratação, sem a utilização de subcontratação.

8.16.2.2. Da qualificação técnica dos consórcios, o pregoeiro ou agente de contratação deverá observar:

a) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

a.1) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente

intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

a.2) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

a.3) Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

a.4) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.16.2.3.A qualificação técnica é um passo crucial para garantir que o contratante selecione fornecedores ou prestadores de serviços com a experiência, capacidade técnica e os recursos necessários para cumprir com as obrigações contratuais. A exigência dos atestados ajuda a assegurar que a execução do contrato será realizada com competência e dentro dos padrões de qualidade esperados, devendo o pregoeiro ou agente de contratação observar se os atestados emitidos são do âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.16.2.4. Para fins de verificação da veracidade dos atestados apresentados, o pregoeiro ou agente de contratação deverá:

a) Verificar nos documentos apresentados, as seguintes informações, **quando o emissor for órgão público**: o número do processo administrativo que originou a contratação; a modalidade de licitação utilizada, inclusive nos casos de adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão da Administração Pública; ou, quando aplicável, a forma de contratação adotada nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Deverão constar ainda o número do certame licitatório correspondente (ou da dispensa/inexigibilidade), o número do instrumento contratual, a descrição do objeto do contrato, o prazo contratual com indicação do período de vigência, bem como o relato do fiscal do contrato sobre o comportamento e a atuação da contratada durante a execução, declarando que a prestação do serviço ou a entrega do bem foi realizada de forma satisfatória.

b) Em relação aos atestados emitidos por **pessoa jurídica de direito privado**: caberá ao agente de contratação ou ao pregoeiro exercer o poder de diligência para verificar a validade dos documentos apresentados com a finalidade de comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, de modo a assegurar a verificação da competência da empresa e a preservação do interesse público.

c) Quanto às **assinaturas nos atestados de capacidade técnica** devem ser observadas as seguintes orientações: os documentos assinados digitalmente por pessoa física ou jurídica com validade jurídica devem conter certificado digital que identifique o signatário junto ao sistema público; o certificado digital vinculado à assinatura deve ser validado por meio de sistema compatível com as normas estabelecidas pela ICP-Brasil; o certificado digital utilizado na assinatura deve estar dentro do prazo de validade no momento da apresentação do documento; os documentos assinados com certificados emitidos pela ICP-Brasil possuem a mesma validade jurídica que aqueles em papel, com assinaturas manuscritas, conforme o artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Importante destacar que a assinatura digitalizada consiste apenas na reprodução, em formato de imagem, de uma assinatura manuscrita no ambiente virtual, não garantindo, portanto, a autoria nem a integridade do documento eletrônico, uma vez que essa imagem pode ser copiada ou reproduzida sem o consentimento do signatário. Nesse caso, será oportunizado ao licitante comprovar a autenticidade da assinatura constante no atestado.

c.1) Caso não seja comprovada a autenticidade da assinatura estabelecido na alínea c., a licitante deverá ser inabilitada.

d) É importante salientar que a apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso, à evidência de conluio entre as empresas envolvidas, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade e conduz à declaração de inidoneidade, tanto da empresa que emitiu o atestado quanto da que o apresentou, para participar de licitação na Administração Pública, consoante Acórdão 29/2024-Plenário, Relator: Walton Alencar Rodrigues.

e) As empresas que utilizam documentos falsos para vencer licitações violam princípios constitucionais como a moralidade, a legalidade e a igualdade, configurando, ainda, a prática dos seguintes crimes: falsificação de documento público (art. 297), falsificação de documento particular (art. 298), falsidade ideológica (art. 299) e uso de documento falso (art. 304), todos previstos no Código Penal.

f) O pregoeiro ou agente de contratação deverá considerar, para fins de análise e julgamento dos atestados, o entendimento consolidado no **Boletim de Jurisprudência do TCU nº 548, de 28 de julho de 2025**, relativo ao **Acórdão TCU nº 1490/2025-Plenário**, de relatoria do Ministro **Benjamin Zymler**, cujo sumário dispõe sobre a **apresentação de atestados de capacidade técnica com conteúdo falso**, no âmbito de **pregão eletrônico**, reconhecendo tal conduta como **irregularidade grave**, passível de **declaração de inidoneidade**, diante da **insuficiência das razões recursais para afastar a irregularidade**.

8.16.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.16.3.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observadas as exigências estabelecidas no **Termo de Referência - Parte Específica**, bem como as **exigências abaixo relacionadas**.

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

b.1) Caso a certidão apresentada seja positiva, a licitante deverá comprovar o acolhimento ou a homologação de seu plano de recuperação judicial ou extrajudicial, respectivamente, pelo juízo competente;

b.2) Por força do disposto no art. 4º da Lei 5.764/1971, as Cooperativas estão desobrigadas de apresentar a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial, entretanto, deverão apresentar declaração própria de não haver contra si qualquer processo de liquidação judicial ou extrajudicial;

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral - superior a 1

SG= Solvência Geral - superior a 1

LC= Liquidez Corrente - superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c.1) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

c.2) No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos.

d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.16.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) Deverá comprovar que possui patrimônio líquido não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial de demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.16.3.1. No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

8.16.3.2. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

8.16.3.3. No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

8.16.3.4. Em se tratando de consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) a ser definido na **Parte Específica**, dos valores de patrimônio líquido exigidos para o LICITANTE individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação na constituição do consórcio, calculado pela seguinte equação:

PLCCons = PLC x PartC

Onde:

PLCCons = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do consórcio;

PLC = Patrimônio líquido do consorciado;

PartC = Participação do consorciado no consórcio.

8.16.3.5. O acréscimo previsto no item anterior **não será aplicável aos consórcios compostos**, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

8.16.3.6. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, será considerado como marco temporal o dia **30 de abril do ano em que ocorrer a abertura da sessão pública do certame**, devendo ser apresentados os balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis exigíveis referentes aos **dois últimos exercícios sociais já encerrados e exigíveis na forma da legislação vigente**, observadas as disposições do art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o entendimento consignado no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Teresina nº 612/2022-PLCCA/PGM.

8.16.3.7. Sendo ME/EPP, deverão apresentar declaração assinada pelo contador que possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujo valores somados não extrapolam a receita bruta admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, no ano- calendário de realização desta licitação.

8.16.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.16.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.16.4.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

e) A comprovação de integralização das respectivas quotas -partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

g) A última auditoria contábil- financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.16.5. DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA

8.16.5.1.A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.16.5.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.16.5.3.O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.16.5.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.16.5.5. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas através dos contatos indicados no item da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.16.5.6. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.16.5.7.Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.16.6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

8.16.6.1.Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

11. DO CONTRATO

11.1 Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. **Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame**, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

12.1.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.1.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.1.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Durante a fase externa do certame, por meio do sistema, a pregoeira encaminhará solicitação aos demais licitantes para que, no prazo máximo 02(duas) horas, manifestem o interesse em integrar o cadastro reserva.

13.2. Caso convocados, os interessados devem acessar o sistema para declarar seu interesse em integrar o cadastro reserva, comprometendo-se a cotar os preços unitários iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame originário, ou aos seus melhores preços ofertados no certame originário.

13.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

13.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou nos casos de não assinatura da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal n.º 25.627, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2024.

13.5. A apresentação das novas propostas e a análise dos documentos de habilitação, decorrentes da manifestação de interesse em integrar o cadastro reserva, será feita em momento posterior, se houver necessidade de convocar os integrantes do cadastro reserva.

14. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

14.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA.

14.2. Além do gerenciador, **caso tenha previsão na Parte Específica**, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços aqueles que manifestaram intenção de participação em procedimento público de intenção de registro de preços, que estão discriminados em anexo deste Edital.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e declarados os vencedores, a adjudicação e a homologação serão realizadas pela Autoridade Superior.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.6. fraudar a licitação;

16.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

16.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 16.1.3 e 16.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 16.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de

inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro ou agente de contratação.

17.3 As regras relacionadas ao Reajuste de preços e Reequilíbrio Financeiro estão descritas no Termo de Referência, anexado a este Edital.

17.4 As condições de Entrega dos bens a serem adquiridos se encontram fixadas no Termo de Referência, anexado a este Edital.

17.5 As Regras de Gestão e Fiscalização do Contrato estão previstas no Termo de Referência, anexado a este Edital.

17.6 As orientações de Recebimento, Liquidação e Pagamento estão previstas no Termo de Referência, anexado a este Edital.

17.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.12. Para fins de aceitabilidade da proposta ou habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação **analisará possíveis sinais de formação de cartel,** sendo:

a) Propostas eletrônicas enviadas do mesmo e-mail ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;

b) Propostas eletrônicas do mesmo endereço ou que possuam os mesmos dados de contato, ou mesmo representante;

c) Propostas submetidas eletronicamente ou editadas por uma pessoa ou por empresa concorrente;

d) Documentos com a mesma formatação, redação ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;

e) Documentos com selos de autenticação ou postagem idênticas ou sequenciais.

17.12.1. Constatado qualquer indício de formação de cartel, as licitantes serão desclassificadas ou inabilitadas, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

17.12.2. O pregoeiro ou agente de contratação que, diante de indícios ou suspeitas, deixar de realizar as análises necessárias para identificar possível formação de cartel poderá responder por omissão, nos termos da legislação vigente.

17.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o deste Edital.

17.15. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

17.16. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro ou agente de contratação.

17.17. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

17.18. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

17.19. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste,

encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I.

17.20. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

A) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

A.1- Apêndice do Anexo I- Estudo Técnico Preliminar;

B) ANEXO II- MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

C) ANEXO III- MINUTA DE CONTRATO;

D) ANEXO IV- FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA;

PARTE ESPECÍFICA	
As informações específicas sobre a Licitação, a seguir apresentadas, complementarão, suplementarão ou modificarão as disposições constantes da Parte Geral.	
EM CASO DE CONFLITO, PREVALECERÃO AS DISPOSIÇÕES AQUI CONTIDAS.	
Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Sistema Eletrônico utilizado no certame: https://www.gov.br/compras/pt-br Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF Data de Abertura: 30/07/2026 Horário de Abertura: 09h30min, horário de Brasília/DF INFORMAÇÕES: comissaocompras.sema@pmt.pi.gov.br
2.1	O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇO para eventual contratação de empresa para o fornecimento (aquisição) de insumos betuminosos, com transporte comercial incluso (a frio e a quente), considerando Distância Média de Transporte – DMT de 600 km, para entrega na Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina.
2.1.1	(X) O objeto licitado será fornecido de forma continuada. () O objeto licitado não será fornecido de forma continuada.
2.2	(X) A forma de adjudicação do objeto será global ou lote. () A forma de adjudicação do objeto será por item.
2.3	(X) O valor estimado da contratação é de R\$ 45.741.043,98 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil quarenta e três reais e noventa e oito centavos). () O valor estimado da contratação é sigiloso.
2.4	(X) A entrega dos bens ocorrerá de forma parcelada. () A entrega dos bens ocorrerá de forma não parcelada.
2.6	() A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços. (X) A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços com cadastro de reserva.
3.2.6 e 3.2.7	(X) A presente licitação é destinada a ampla concorrência. () A presente licitação é destinada a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. () A presente licitação é diferenciada com cota principal e cota reservada para ME/EPP/MEI. () A presente licitação é diferenciada com cota principal, cota reservada pra ME/EPP/MEI e itens exclusivos para ME/EPP/MEI.

3.3	<p>(X) Não é permitida a participação de consórcio de empresas.</p> <p>() É permitida a participação de consórcio, conforme Termo de Referência- Anexo I</p>
3.11	<p>(X) Não será permitida a participação das cooperativas no certame.</p> <p>() Será permitida a participação das cooperativas no certame, conforme Termo de Referência- Anexo I.</p>
3.12	<p>(X) Será permitida a subcontratação dos serviços de transporte, conforme Termo de Referência- Anexo I.</p> <p>() Não será permitida a subcontratação.</p>
4.1	<p>(X) A fase habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.</p> <p>() A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.</p>
4.15 e 8.2	<p>() Será exigida garantia de proposta.</p> <p>(X) Não será exigida garantia de proposta.</p>
5.6	<p>(X) A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua entrega, conforme Termo de Referência -Anexo I.</p> <p>() A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua entrega, conforme Termo de Referência - Anexo I.</p>
6.1	<p>() O critério de julgamento será MENOR PREÇO DO ITEM observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>(X) O critério de julgamento será MENOR PREÇO POR LOTE observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>() O critério de julgamento será MENOR PREÇO GLOBAL observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p>
6.9	<p>(X) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 0,10 (dez centavos).</p> <p>() O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 100,00 (cem reais).</p>
6.11	<p>() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "ABERTO"</p> <p>() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "ABERTO-FECHADO".</p> <p>(X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "FECHADO-ABERTO".</p> <p>Para fins de disputa será adotará o modo de disputa FECHADO-ABERTO, devido a obtenção de maior sigilo e proteção de informações, além de permitir a busca por maior economia. No presente modelo a rodada de disputa iniciará de forma fechada com lances fechados, seguidos por lance final abertos entre os melhores, consonantes critérios estabelecidos na IN 073/2022 e Decreto Municipal 24.748, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023.</p> <p>Justifica-se a adoção do modo de disputa, fechado e aberto, pois, em comparação com a modo "aberto", a grande vantagem do modo "fechado e aberto" será aliar o</p>

	mecanismo de incentivo de esgotamento das estratégias de maximização dos lucros dos licitantes (correspondente a etapa aberta de disputa) com a otimização da fase de lances decorrente da aplicação de uma "faixa de corte" (culminando na restrição de abrangência do universo de competidores aptos à etapa aberta) e o incentivo ao início da etapa aberta com ofertas mais próximas das valores subjetivas de cada concorrente, tendo em vista que a aplicação da "faixa de corte" estimularia melhores preços para que o licitante não corra o risco de não ser classificado para os lances.
6.29.11	(X) Não haverá solicitação de amostra. () Haverá solicitação de amostra, conforme Termo de Referência - Anexo I.
8.16.2.1 e 8.16.2.1.1.	(X) Deverá apresentar atestados que comprovem a aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, atendendo as especificações previstas no Termo de Referência, Anexo I.
8.16.3, "c" e "g"	(X) A licitante deverá apresentar índice econômico igual ou superior a 01 (um) nos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente (X) A licitante deverá comprovar que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.
8.16.3 "d"	(X) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.16.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
9.3	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados no sistema https://www.gov.br/compras/pt-br bem como para e-mail do Pregoeiro ou agente de contratação: igorcpsema@gmail.com
10.10	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br
Pregoeiro ou agente de contratação e E-mail:	Nome: Igor Meneses dos Santos e Silva. E-mail: igorcpsema@gmail.com

Teresina - PI, 26 de junho de 2026

Laura de Carvalho Oliveira

Supervisora de Processamento de Contratações Públicas - SEMA/PMT

Nayara Daniela Barros Silva

Coordenadora da Central de Contratações Públicas

VISTO:

Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA
PROCESSO SEI Nº 00081.001085/2026-57
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2026

O **MUNICÍPIO DE TERESINA - PI**, através da **xxxxxxxxxxx**, com sede na Rua Firmino Pires, 121, Centro, na cidade de Teresina - PI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.554.869/0007-50, neste ato representada pelo **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, nomeado(a) pela Decreto Municipal nº **XXXXXXXXXX**, publicada no Diário Oficial do Município - DOM nº **XXXXXXXX**, portador da matrícula funcional nº **.....**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **...../202....**, publicada no **.....** de **...../...../202.....**, processo administrativo n.º 00081.001085/2026-57, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 25.627, de 01 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

01. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para o fornecimento (aquisição) de insumos betuminosos, com transporte comercial incluso (a frio e a quente), considerando Distância Média de Transporte - DMT de 600 km, para entrega na Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº **(...../20...)**, o qual é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

02. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. O valor total da presente ata é de R\$......(.....).

03. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços é a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA.

3.2. São órgãos e entidades participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA VALIDADE, DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, haverá a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, nos termos do Art. 22, § 1º, do Decreto Municipal nº 25.627, de 2024.

4.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição

pretendida, desde que devidamente justificada, e assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.3. Não aceitar reduzir seu preço, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 7.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 25.627, de 2024; ou
- 7.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 7.4.1. Por razão de interesse público, devidamente justificadas;
- 7.4.2. A pedido do fornecedor, por fato superveniente, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou
- 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 25.627, de 2024.

8. DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital
- 8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 25.627, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 25.627, de 2024).
- 8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Quando houver, as quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 9.2. Quando houver, o remanejamento somente poderá ser feito:
- 9.2.1. Quando houver, de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 9.2.2. Quando houver, de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 9.3. Quando houver, o órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 9.4. Quando houver, , na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 33 do Decreto nº 25.627, de 2024.
- 9.5. Quando houver, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 9.6. Quando houver, caso o remanejamento seja feito para órgão não participante não integrante da Administração Pública do Município de Teresina, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Quando houver, na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A contratação poderá adotar o Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, visando possibilitar o fornecimento sob demanda, de forma fracionada, conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados, observado o disposto neste Termo de Referência, no edital e na Ata.

10.2 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal participantes do certame, bem como os órgãos ou entidades não participantes, mediante prévia autorização do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantajosidade, observados os limites e condições previstos na legislação vigente e nos regulamentos municipais aplicáveis.

10.3 Os órgãos e entidades não participantes que desejarem aderir à Ata de Registro de Preços deverão manifestar formalmente seu interesse, instruindo processo administrativo próprio, observando as normas legais, regulamentares e as condições estabelecidas no edital e na Ata.

10.4 O fornecedor registrado somente poderá firmar contratos ou atender solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços mediante prévia autorização do órgão gerenciador, respeitadas as condições registradas e a ordem de classificação.

10.5 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes, desde que tal fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

10.6 As solicitações de adesão, a anuência do fornecedor e a autorização do órgão gerenciador deverão ser formalizadas por processo administrativo, devidamente instruído com a documentação necessária.

10.7 O órgão não participante (carona) somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no certame, dentro da vigência da Ata, limitado a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, observada a legislação municipal vigente.

10.8 O quantitativo total decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.9 Após a autorização da adesão pelo órgão gerenciador, o órgão não participante deverá:

- a) responder integralmente por quaisquer atos praticados em desacordo com as condições comerciais e financeiras da Ata;
- b) formalizar o respectivo contrato ou instrumento equivalente diretamente com o fornecedor registrado;
- c) observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias para efetivar a contratação, contado da autorização, respeitada a vigência da Ata.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma única via, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelas partes, sendo encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III- MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE XXXXXXXX DECORRENTE DO PREGÃO Nº (....) QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE TERESINA - PI, POR INTERMÉDIO DA XXXXXXXXXXXXX, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA XXXXXXXXXXXX

O Município de Teresina - PI, por intermédio da XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede (endereço completo), neste ato representado por seu XXXXXXXXXXXXXXXX portador(a) da Cédula de Identidade nº (....), inscrito (a) no CPF sob o nº (.....); e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (....), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico n. constante no Processo Administrativo SEI nº 00081.001085/2026-57, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2023 e o Decreto Municipal Nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica** deste Contrato, incluído o Termo de Referência constante nos autos, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

1.2. A **Parte Específica** definirá se o contrato se origina de Pregão Eletrônico ou contratação direta, indicando o fundamento legal utilizado para a dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação do objeto descrito na Parte Específica deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato indicará se o fornecimento ou a prestação do serviço ocorrerão de forma continuada ou não.

2.2. Caso se trate de contratação de serviços, a Parte Específica deste Contrato definirá o respectivo regime de execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Caso se trate de fornecimento de bens, deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.1.1. O prazo e local de entrega do objeto se encontram previstos na Parte Específica.

3.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária no prazo previsto na Parte Específica, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo previsto na Parte Específica, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente, mediante termo detalhado, no prazo previsto na Parte Específica, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

3.2. Caso se trate da prestação de serviços, deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo previsto na Parte Específica, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo previsto na Parte Específica deste Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.2.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo previsto na Parte Específica, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ética profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor do presente Termo de Contrato está previsto na **Parte Específica**.

4.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

5.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.7. A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas: $I = (TX/100)/365$ $EM = I \times N \times VP$, onde: I = índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.

5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, salvo se outro for definido na Parte Específica deste Contrato.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

6.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O índice a ser aplicado corresponde ao acumulado no período de um ano.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.10. Nos casos em que não tenha havido pedido de reajuste anterior, o índice a ser aplicado deve corresponder ao acumulado no período de um ano contado do pedido de reajuste, que passará a ser o marco também para novos reajustes.

6.11. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.

6.12. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

6.13. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.

6.14. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 a 132 da Lei n. 14.133/2021.

6.15. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Teresina - Pi, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia como condição para a assinatura do contrato.

8.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

8.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

8.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços executados, para que sejam feitas as correções pertinentes;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

9.1.6. Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Município de Teresina - PI.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

9.4. Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 147 a 149 e 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021

CLAÚSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

10.1.2. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato

10.1.3. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.1.4. Em se tratando de fornecimento de bens:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

a.1) As indicações referentes ao objeto deverão ser aquelas exigidas no Termo de Referência. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no Termo de Referência ou com aquele ofertado na proposta, se for o caso.

a.2) O objeto deve estar acompanhado dos itens previstos na Parte Específica.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Parte Específica, o objeto com avarias ou defeitos;

d) Comunicar à Contratante, no prazo previsto na Parte Específica, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) A Contratada deverá dar garantia do fabricante caso exigida na Parte Específica.

10.1.5. Em se tratando da contratação de serviços:

a) Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

b) Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

c) Cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

d) Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

e) Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

f) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

g) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021;

h) Manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

i) Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;

- j) Arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;
- k) Apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;
- l) Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- m) Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;
- n) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;
- o) Reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;
- p) Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- q) Manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
- r) Submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- s) Fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;
- t) Prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

10.2. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na Parte Específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução dos serviços, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

12.1.1. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever outras faltas e sanções ao Contratado, de acordo com as peculiaridades do objeto.

12.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. A sanção prevista na alínea “a” do subitem 12.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A sanção prevista na alínea “b” do subitem 12.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 12.2.

12.6. A sanção prevista na alínea “c” do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, do subitem 12.2, bem como pelas infrações administrativas previstas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 12.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 12.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do referido subitem.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.11. O cálculo da sanção de multa observará os seguintes parâmetros:

12.11.1. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:

- a)** de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
- b)** de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
- c)** de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.11.2. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a)** Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b)** Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

c) Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

12.11.3. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

12.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

12.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes dos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

12.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

13.3.3. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

15.1. A vigência e validade deste instrumento decorrerão de sua assinatura, conforme previsto na **Parte Específica**, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município de Teresina - PI, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

15.2. Tratando-se de serviços ou fornecimentos continuados, o Contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

15.2.1. O serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;

15.2.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços ou do fornecimento tem natureza continuada;

- 15.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o serviço ou fornecimento tenham sido prestados regularmente;
- 15.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na manutenção do contrato;
- 15.2.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 15.2.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- 15.2.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 15.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 15.5. A Administração terá a opção de extinguir o contrato de serviço ou fornecimento continuados, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme art. 106, III, da Lei n. 14.133/2021.
- 15.6. Caso se trate de serviço não continuado, a Parte Específica deste Contrato irá definir o prazo de execução.
- 15.7. Caso se trate de serviço não continuado, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.
- 15.7.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:
- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
 - b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA- DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **Parte Específica** deste Contrato disporá sobre a possibilidade de subcontratação do objeto contratado.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.5) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.6) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.7) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.8) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.10) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.11) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.12) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.13) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.14) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

17.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

17.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

17.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

17.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

17.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

17.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de

destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

17.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

17.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

18.1. São de responsabilidade das partes, sem prejuízo das demais obrigações constantes neste Contrato e no Termo de Referência, os riscos relacionados na **Parte Específica** deste contrato, conforme tenha sido prevista matriz de riscos para a sua execução.

18.2. Caso as situações descritas no item 18.1 da **Parte Específica** venham a ocorrer, poderão ser adotadas as providências a seguir:

18.2.1. Utilização de seguros obrigatórios previamente definidos no contrato;

18.2.2. Restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato nos casos em que o sinistro seja considerado na matriz de riscos como causa de desequilíbrio não suportada pela parte que pretenda o restabelecimento;

18.2.3. Resolução do contrato quando o sinistro majorar excessivamente ou impedir a continuidade da execução contratual.

18.3. As providências elencadas no item 18.2 somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA DÉCIMA NONA- DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina -PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

PARTE ESPECÍFICA	
As seguintes informações específicas sobre o Contrato, a seguir apresentadas, complementarão, suplementarão ou modificarão as disposições constantes da Parte Geral.	
EM CASO DE CONFLITO, PREVALECERÃO AS DISPOSIÇÕES AQUI CONTIDAS.	
Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1.	Processo Administrativo: SEI nº 00081.001085/2026-57
1.2	(X) A presente contratação decorre do Pregão Eletrônico n. (...) e Ata de Registro de Preços n. (...).
2.1	O objeto do presente contrato é a eventual contratação de empresa para o fornecimento (aquisição) de insumos betuminosos, com transporte comercial incluso (a frio e a quente), considerando Distância Média de Transporte - DMT de 600 km, para entrega na Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina.
2.1.1	(X) O fornecimento ocorrerá de forma continuada, tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante. () O fornecimento não ocorrerá de forma continuada.
3.1.1	A entrega do objeto será feita nos endereços informados pelos órgãos e entidades que manifestarem interesse em participar do certame, podendo ser realizada em remessa parcelada, conforme a necessidade da Contratante, conforme especificações contidas no item 12.1 do Termo de Referência.
4.1.	

	(X) O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) sendo meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
6.1.1.	(X) Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice IPCA - IBGE, conforme item 16.1 do Termo de Referência.
7.1.	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria abaixo:
15.1.	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme item 8 do Termo de Referência, Anexo I.
16.1	(X) Será permitida a subcontratação dos serviços de transporte, conforme Termo de Referência- Anexo I. () Não será permitida a subcontratação.
	O modelo e da gestão da fiscalização do contrato está definido nos itens 13 e seguintes do Termo de Referência.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente CONTRATO foi lavrado em uma única via, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelas partes.

Teresina (PI), ____ de _____ de 202X.

(NOME DA AUTORIDADE)

ÓRGÃO

CONTRATANTE

(EMPRESA)

(REPRESENTANTE - CARGO)

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

2.

ANEXO IV- FOMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Sr. (a) Pregoeiro (a), Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO** ou **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** Nº ____/____

Apresentamos nossa proposta conforme Anexo I (Termo de Referência) que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS:

A Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº estabelecida no (a) _____, para XXXXXXXX visando a contratação de empresa(s) para XXXXXXXXXXXX para atender demandas da XXXXXXXXXXXXXXX e demais órgãos e entes que compõem a Administração Pública Municipal, de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão ou Concorrência em referência, bem como do respectivo Edital e seus Anexos.

O valor total do LOTE/GRUPO ____ é de R\$ _____ (em algarismo e por extenso).

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT ou CATSERV	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Valor Total do item ou grupo.....						R\$

Validade da Proposta: XXXXX, a contar da data de sua apresentação.

Inclui-se nesta proposta marca/fabricante dos itens respectivos, **quando houver**;

Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes do fornecimento dos serviços do objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

OBS.: É de responsabilidade da licitante preencher corretamente as informações conforme modelo da proposta, incluindo o objeto principal licitado no Edital e Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **Laura de Carvalho Oliveira, Supervisora de Processamento de Contratações Públicas**, em 26/06/2026, às 10:36, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Daniela Barros Silva, Coordenadora de Compras Públicas**, em 26/06/2026, às 10:47, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**, em 26/06/2026, às 13:17, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **15686849** e o código CRC **20AD4317**.

Referência: Processo nº 00081.001085/2026-57

SEI nº 15686849

Rua Firmino Pires, 121 - Bairro Centro - - CEP 64001-070 - Teresina - PI
- <https://www.teresina.pi.gov.br/sema>



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Teresina

ETURB - Entidade Autárquica Teresinense de Desenvolvimento Urbano

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº: 00081.001085/2026-57

Órgão/Entidade: ENTIDADE AUTÁRQUICA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ETURB / CEASF

Unidade Demandante: Coordenação Especial de Asfaltamento - CEASF

Modalidade: Pregão Eletrônico

Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote

Procedimento Auxiliar: Sistema de Registro de Preços - SRP

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021 e decretos municipais aplicáveis

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Do Objeto

1.1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento (aquisição) de insumos betuminosos, com transporte comercial incluso (a frio e a quente), considerando Distância Média de Transporte - DMT de 600 km, para entrega na Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina, compreendendo:

- 8.000 (oito mil) toneladas de Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP) 50/70;
- 750 (setecentas e cinquenta) toneladas de emulsão asfáltica tipo RR-1C;
- 1.200 (mil e duzentas) toneladas de emulsão asfáltica de ruptura lenta RL-1C.

1.1.2 Para utilização sob demanda na Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina, localizada na Av. Milton Brandão, nº 9252, Estrada do Povoado Alegria, zona sul de Teresina/PI.

1.2 Destinação dos insumos

1.2.1 Os insumos betuminosos terão as seguintes destinações:

- CAP 50/70: utilizado na fabricação de massa asfáltica a quente, aplicada na pavimentação e recuperação de ruas e avenidas de Teresina, garantindo qualidade e durabilidade ao pavimento.
- Emulsão asfáltica RR-1C: utilizada para pintura de ligação, etapa indispensável para assegurar aderência entre as camadas de revestimento.
- Emulsão asfáltica RL-1C: utilizada na produção de Asfalto Pré-Misturado a Frio (PMF), empregado em operações tapa-buraco em vias do município.

1.3 Fornecimento sob demanda

1.3.1 O transporte e o fornecimento dos insumos ocorrerão sob demanda, mediante autorização da Coordenação Especial de Asfaltamento - CEASF/ETURB, devendo todo o material ser entregue na Usina de Asfalto da PMT, em condições adequadas, conforme cronograma operacional e necessidades da Administração.

1.4 Lotes

1.4.1 A contratação ocorrerá em 03 (três) lotes distintos, conforme abaixo:

- LOTE 1: Aquisição de 8.000 t de CAP 50/70 e transporte a quente (DMT 600 km) até a Usina de Asfalto da PMT;
- LOTE 2: Aquisição de 750 t de emulsão asfáltica RR-1C e transporte a frio (DMT 600 km) até a Usina de Asfalto da PMT;
- LOTE 3: Aquisição de 1.200 t de emulsão asfáltica RL-1C e transporte a frio com caminhão-tanque de 20.000L (DMT 600 km) até a Usina de Asfalto da PMT.

1.5 Descrição detalhada do Objeto:

Lote 1	Descrição do objeto	CATMAT/CATSERV	CÓDIGO E-GOVERN	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	Aquisição de Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP 50/70	621564	49578	t	8.000	R\$ 4.381,41	R\$ 35.051.280,00
Item 2	Transporte comercial de material betuminoso à	621564	30849	t	8.000	R\$ 265,23	R\$ 2.121.840,00

	quente (DMT 600 km)					
--	---------------------	--	--	--	--	--

Valor máximo global do lote: R\$ 37.173.120,00 (trinta e sete milhões, cento e setenta e três mil cento e vinte reais)

Lote 2	Descrição do objeto	CATMAT/CATSERV	CÓDIGO E-GOVERN	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	Aquisição de emulsão asfáltica RR-1C	385184	49580	t	750	R\$ 4.079,00	R\$ 3.059.250,00
Item 2	Transporte material betuminoso (DMT 600 km)	385184	49579	t	750	R\$ 265,23	R\$ 198.922,50

Valor máximo global: R\$ 3.258.172,50 (três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

Lote 3	Descrição do objeto	CATMAT/CATSERV	CÓDIGO E-GOVERN	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item 1	Aquisição de emulsão asfáltica RL-1C	637225	44978	t	1.200	R\$ 4.159,56	R\$ 4.991.472,00
Item 2	Transporte material betuminoso (DMT 600 km)	637225	30848	t	1.200	R\$ 265,23	R\$ 318.276,00

Valor máximo global: R\$ 5.309.748,00 (cinco milhões, trezentos e nove mil setecentos e quarenta e oito reais)

2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO E OBJETIVOS

2.1 Justificativa para Contratação

2.1.1 O Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP) 50/70, a emulsão asfáltica RR-1C e a emulsão asfáltica RL-1C são insumos indispensáveis para a execução dos serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos e conservação da malha viária de Teresina, garantindo aderência entre camadas de pavimento e maior durabilidade às obras realizadas pelo Município de Teresina.

2.1.2 O CAP 50/70 é essencial para a fabricação de concreto asfáltico a quente, utilizado nas camadas de rolamento e recapeamento, enquanto a emulsão asfáltica RR-1C é utilizada na pintura de ligação e a emulsão RL-1C é destinada à fabricação de Asfalto Pré-Misturado a Frio (PMF), utilizado nas operações tapa-buracos.

2.1.3 O transporte comercial, tanto a frio (emulsões asfálticas) quanto a quente (CAP 50/70), considerando o DMT de 600 km, justifica-se pela necessidade de logística eficiente para garantir o abastecimento regular sob demanda, evitando paralisações de frentes de serviço e assegurando a continuidade do cronograma de obras de pavimentação e manutenção viária do Município.

2.1.4 A definição do DMT de 600 km observa critérios técnicos usuais de engenharia e planejamento logístico, adotando-se a referência de Distância Média de Transporte conforme normativos do DNIT, inclusive a Portaria DNIT nº 1.977/2017, que regulamenta o cálculo do DMT no âmbito de composições de custos rodoviários. Considera-se, ainda, a realidade do mercado fornecedor e a localização regional de bases/distribuidores autorizados, de modo a refletir cenário médio plausível para o transporte dos insumos até a Usina de Asfalto da PMT, garantindo compatibilidade entre orçamento estimativo, composição de custos e a efetiva execução contratual.

2.1.5 A contratação em lotes separados, com transporte incluso e remunerado por tonelada na composição de custos, é tecnicamente a alternativa mais adequada e economicamente vantajosa para a ETURB, permitindo controle de qualidade dos insumos, redução de custos logísticos próprios e alinhamento ao planejamento estratégico da Administração para a intensificação das ações de recuperação e ampliação da malha viária urbana.

2.1.6 Para fins de formação de preços, a composição deverá considerar, no que couber:

- parâmetros técnicos do DNIT para DMT (Portaria DNIT nº 1.977/2017 e demais normativos aplicáveis);
- índices oficiais do DNIT aplicáveis ao reajustamento de custos de obras/serviços rodoviários, quando adotados pela Administração;

- c) requisitos regulatórios da ANP para produção/distribuição/comercialização, quando aplicável;
- d) incidência tributária, inclusive ICMS, e BDI, conforme metodologia e pesquisa de preços que instruirá o processo.

2.2 Objetivos da Contratação

- 2.2.1 Assegurar a continuidade e eficiência das atividades de pavimentação, recapeamento e manutenção asfáltica realizadas pelo Município de Teresina, mediante fornecimento regular de CAP 50/70, emulsão RR-1C e emulsão RL-1C.
- 2.2.2 Evitar interrupções em obras essenciais, garantindo o cumprimento do cronograma de tapa-buracos, recapeamento e pavimentação de vias públicas, conforme planejamento da CEASF.
- 2.2.3 Garantir a qualidade técnica das intervenções de pavimentação, assegurando aderência entre camadas, resistência estrutural e maior durabilidade das intervenções realizadas.
- 2.2.4 Atender ao princípio da economicidade, reduzindo custos operacionais com a inclusão do transporte sob responsabilidade do fornecedor, considerando o DMT de 600 km.
- 2.2.5 Atender ao interesse público, à segurança viária e à mobilidade urbana, por meio da manutenção e ampliação da malha viária pavimentada do Município de Teresina, elevando a qualidade de vida da população.

3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP/MEI

3.1 Não se aplica o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 49, inciso III, considerando que o objeto envolve fornecimento contínuo sob demanda, com transporte integrado remunerado por tonelada, controle tecnológico por lote e exigências regulatórias, cujo fracionamento ou aplicação de benefícios pode comprometer a continuidade do abastecimento da Usina de Asfalto e, conseqüentemente, a prestação de serviço público essencial de manutenção viária.

3.2 A necessidade de regularidade logística, rastreabilidade por lote, segurança no transporte e na entrega e padronização mínima de qualidade decorre diretamente do interesse público, da prevenção de desabastecimento e do risco de paralisação de frentes de trabalho, motivo pelo qual a não aplicação do tratamento diferenciado mostra-se necessária para assegurar a execução adequada e o atendimento ao interesse público.

4. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.1 Não poderão participar consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação justifica-se diante da natureza do objeto, considerado comum, com ampla oferta no mercado, e pela necessidade de responsabilização direta e gestão logística eficiente, especialmente quanto ao cumprimento de prazos de entrega sob demanda e à rastreabilidade de lotes, não implicando limitação indevida à competitividade.

5. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

5.1 A vedação à participação de cooperativas decorre da necessidade de assegurar responsabilização objetiva e centralizada pela logística de transporte e entrega, pela conformidade técnico-regulatória dos insumos e pela rastreabilidade por lote, bem como pela pronta correção de não conformidades e atendimento aos prazos sob demanda.

5.2 Considerando que a execução exige coordenação logística contínua, controle documental por remessa/lote e pronta substituição/correção de fornecimentos não conformes, a Administração entende que a participação de cooperativas pode acarretar dificuldades de gestão e responsabilização na execução, com risco de prejuízo à continuidade do abastecimento e ao interesse público, razão pela qual se mantém a vedação.

6. SUBCONTRATAÇÃO

6.1 É vedada a subcontratação do fornecimento dos insumos betuminosos, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela origem, qualidade, conformidade técnica e regulatória dos produtos fornecidos, bem como pelo cumprimento das especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

6.2 Admite-se, excepcionalmente, a subcontratação de até 100% (cem por cento) da parcela relativa aos serviços de transporte dos insumos betuminosos, desde que:

- a) previamente comunicada à Contratante;
- b) realizada com empresa legalmente constituída e regularmente habilitada para a atividade de transporte de produtos betuminosos;
- c) atendidas todas as exigências legais, ambientais, de segurança e regulatórias aplicáveis ao transporte, inclusive quanto à utilização de veículos apropriados e licenciados;
- d) não implique transferência de responsabilidade contratual, permanecendo a Contratada única e integralmente responsável perante a Administração por todos os atos, encargos, danos e obrigações decorrentes da execução do objeto.

6.3 A subcontratação do transporte não exime a Contratada da responsabilidade pelo cumprimento dos prazos de entrega, pela integridade dos materiais transportados, pela rastreabilidade dos lotes, pela apresentação da documentação exigida em cada entrega e pela reparação de eventuais danos causados à Contratante ou a terceiros.

6.4 É vedada a subcontratação total do objeto, entendida como a transferência integral das obrigações contratuais a terceiros, bem como a subcontratação do fornecimento dos insumos betuminosos ou de parcelas que comprometam o controle, a fiscalização, a segurança, a qualidade ou a regular execução contratual, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. A subcontratação integral da parcela acessória referente aos serviços de transporte, nos termos do item 6.2, não caracteriza subcontratação total do objeto.

6.5 A Contratante poderá, a qualquer tempo, exigir a substituição da empresa subcontratada para o transporte, caso constatada irregularidade, descumprimento de normas legais, ambientais ou de segurança, ou prejuízo à execução contratual, sem que disso decorra direito a indenização ou reequilíbrio contratual.

7. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO E NATUREZA DO OBJETO

7.1 Classificação do Objeto, Modalidade Licitatória e Critério de Julgamento

7.1.1 O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com características usuais de mercado, passíveis de especificação por meio de critérios técnicos claros e amplamente difundidos.

7.1.2 O objeto caracteriza-se, ainda, como fornecimento e serviço de natureza contínua, conforme o art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a necessidade de abastecimento regular e sob demanda, essencial à continuidade das atividades de pavimentação, recapeamento e manutenção da malha viária do Município de Teresina.

7.1.3 A contratação será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, prevista no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens e serviços comuns.

7.1.4 O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos do art. 33, inciso I, combinado com o art. 34 da Lei nº 14.133/2021, por se mostrar o mais adequado à natureza do objeto e à forma de execução pretendida pela Administração.

7.1.5 O julgamento pelo critério de menor preço por lote justifica-se em razão de o objeto envolver o fornecimento de insumos asfálticos e seus respectivos serviços de transporte, cuja contratação conjunta por lote otimiza o processo logístico, assegura economicidade, evita riscos de descontinuidade e facilita o planejamento do cronograma de pavimentação, conforme discriminado a seguir:

- a) Lote 1: Aquisição de Cimento Asfáltico de Petróleo – CAP 50/70, com transporte incluso;
- b) Lote 2: Aquisição de emulsão asfáltica RR-1C, com transporte incluso;
- c) Lote 3: Aquisição de emulsão asfáltica RL-1C, com transporte incluso.

7.1.6 A divisão do objeto em lotes encontra amparo no art. 40, §2º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, por se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajosa, permitindo:

- a) a especialização dos fornecedores;
- b) a otimização logística do transporte dos insumos;
- c) o controle de qualidade e rastreabilidade por tipo de material;
- d) a mitigação de riscos de desabastecimento da Usina de Asfalto;
- e) a manutenção da continuidade dos serviços públicos essenciais de pavimentação.

7.1.7 A contratação por lote, com fornecimento e transporte integrados, evita a fragmentação excessiva do objeto, preserva a economia de escala e facilita a fiscalização e a responsabilização contratual, em conformidade com o planejamento da contratação e a pesquisa de mercado realizada.

7.2 Da Não Classificação como Bem de Luxo

7.2.1 Nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, certifica-se que o objeto ora licitado não se enquadra como bem de luxo, por não apresentar características de ostentação, requinte excessivo, supérfluo ou suntuoso.

7.2.2 Trata-se de insumos essenciais à atividade-fim da ETURB, de uso rotineiro e indispensável em obras de pavimentação, recapeamento e operações de tapa-buracos, sendo fundamentais para garantir a trafegabilidade, a segurança viária, a durabilidade do pavimento e a continuidade dos serviços públicos sob responsabilidade da Coordenação Especial de Asfaltamento – CEASF/ETURB.

7.2.3 A aquisição do objeto visa exclusivamente ao atendimento do interesse público, estando alinhada aos princípios da necessidade, economicidade, eficiência e razoabilidade, não havendo qualquer elemento que caracterize o objeto como bem de luxo, conforme a legislação vigente.

8. REGIME DA CONTRATAÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

8.1 Regime da Contratação

8.1.1 A contratação caracteriza-se como fornecimento contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, tendo por objeto a realização de compras destinadas à manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidade permanente ou prolongada da Administração, essencial à continuidade dos serviços de pavimentação, recapeamento e manutenção viária do Município de Teresina.

8.1.2 O fornecimento ocorrerá de forma indireta e sob demanda, mediante Ordens de Fornecimento e/ou emissão de Notas de Empenho, conforme a necessidade da Administração, não se tratando de contrato por escopo, mas de atendimento contínuo às demandas operacionais da CEASF/ETURB.

8.2 Prazo de Vigência Contratual

8.2.1 O prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da última assinatura eletrônica aposta no instrumento contratual, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no respectivo contrato.

8.3 Da Prorrogação da Contratação

8.3.1 Em razão da natureza de fornecimento contínuo, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106, inciso I, e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- a) haja previsão expressa no edital e no contrato;
- b) a autoridade competente ateste, no processo administrativo correspondente, que a prorrogação representa maior vantagem econômica para a Administração;
- c) reste comprovado que os preços e condições contratuais permanecem vantajosos, sendo permitida a negociação com o contratado ou, se for o caso, a rescisão contratual sem ônus para qualquer das partes.

8.4 Vigência da Ata de Registro de Preços

8.4.1 Quando adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, admitida prorrogação, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.2 Os contratos ou instrumentos equivalentes dela decorrentes deverão respeitar a vigência da Ata e as condições nela estabelecidas.

9.0 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Da Estruturação do Objeto

9.1.1 A contratação será realizada de forma parcelada em lotes, nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, por se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, observando-se a especialização dos fornecedores, a logística de transporte e a eficiência no abastecimento da Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina.

9.1.2 A contratação compreenderá 03 (três) lotes distintos, assim definidos:

I. LOTE 01

- a) Aquisição de 8.000 (oito mil) toneladas de Cimento Asfáltico de Petróleo – CAP 50/70;
- b) Transporte comercial de material betuminoso a quente, considerando Distância Média de Transporte – DMT de 600 km, até a Usina de Asfalto da PMT.

II. LOTE 02

- a) Aquisição de 750 (setecentas e cinquenta) toneladas de emulsão asfáltica tipo RR-1C;
- b) Transporte comercial de material betuminoso a frio, considerando DMT de 600 km, até a Usina de Asfalto da PMT.

III. LOTE 03

- a) Aquisição de 1.200 (mil e duzentas) toneladas de emulsão asfáltica tipo RL-1C;
- b) Transporte comercial por meio de caminhão-tanque com capacidade mínima de 20.000 litros, considerando DMT de 600 km, até a Usina de Asfalto da PMT.

9.2 Forma de Fornecimento

9.2.1 O fornecimento dos insumos e a prestação dos serviços de transporte ocorrerão de forma contínua e sob demanda, mediante autorização prévia e expressa da Coordenação Especial de Asfaltamento – CEASF/ETURB, observadas as necessidades operacionais da Administração, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 Requisitos Técnicos e de Qualidade

9.3.1 Os produtos fornecidos deverão atender, obrigatoriamente, às normas técnicas vigentes da ABNT, do DNIT e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como às demais

legislações e regulamentações aplicáveis.

9.3.2 Cada entrega deverá ser acompanhada, no mínimo, de:

- a) Boletim de conformidade ou laudo de controle tecnológico do lote fornecido;
- b) Certificado de qualidade, quando aplicável;
- c) Nota fiscal correspondente, com identificação do produto, quantidade, lote, fabricante e procedência.

9.3.3 Os laudos e certificados deverão ser emitidos por laboratório idôneo e tecnicamente apto, preferencialmente acreditado quando exigível pelas normas aplicáveis, ou em conformidade com o controle de qualidade do fabricante/distribuidor, conforme prática de mercado e exigências regulatórias do setor, sem prejuízo da verificação técnica pela fiscalização.

9.4 Prazos e Condições de Entrega

9.4.1 As entregas deverão observar os prazos previamente estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual, garantindo o atendimento contínuo ao cronograma de pavimentação e manutenção viária do Município de Teresina, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato.

9.5 Modalidade e Critério de Julgamento

9.5.1 A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, observado o disposto nos arts. 33 e 34 da Lei nº 14.133/2021.

9.6 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.6 Sistema de Registro de Preços

9.6.1 A contratação poderá adotar o Sistema de Registro de Preços - SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento contínuo e sob demanda, cuja execução depende da dinâmica das frentes de serviço e do planejamento operacional da CEASF/ETURB.

9.6.2 A adoção do SRP justifica-se, especialmente, em razão:

- a) da variabilidade do consumo dos insumos betuminosos, condicionada ao volume e à localização das frentes de pavimentação, recapeamento e tapa-buracos;
- b) da impossibilidade de definição, com precisão absoluta, de cronograma fixo e quantitativos mensais/semanais, sem risco de superestimativa ou subestimativa;
- c) da necessidade de pronta reposição e abastecimento contínuo da Usina de Asfalto, evitando descontinuidade de serviços essenciais;
- d) da vantagem administrativa e operacional decorrente da contratação fracionada, com solicitações por Ordens de Fornecimento/Notas de Empenho, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos registrados;
- e) da busca de maior eficiência, economicidade e redução de riscos de desabastecimento, com preservação da vantajosidade do preço registrado.

9.6.3 Os quantitativos previstos no SRP constituem estimativa máxima, não gerando obrigação de contratação integral, sendo os fornecimentos realizados conforme a necessidade efetiva da Administração, observada a vigência da Ata e as condições registradas.

10. DA SUSTENTABILIDADE NA CONTRATAÇÃO

10.1 Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes do planejamento da contratação estabelecidas no art. 11, inciso IV, da referida Lei, a ETURB avaliou a possibilidade de inserção de critérios e práticas de sustentabilidade ambiental no presente processo de contratação.

10.2 Considerando a natureza do objeto, que compreende a aquisição de Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP 50/70, emulsão asfáltica RR-1C e emulsão asfáltica RL-1C, todos com transporte incluso, trata-se de bens de uso rotineiro e essencial às atividades de pavimentação, recapeamento e manutenção da malha viária urbana, utilizados na execução de revestimento asfáltico, na fabricação de massa asfáltica a quente e a frio e em operações de tapa-buracos em vias públicas.

10.3 Os insumos betuminosos e os serviços de transporte associados já se encontram submetidos a normas técnicas, ambientais e de segurança específicas, bem como à fiscalização de órgãos ambientais competentes e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, assegurando que sua produção, transporte, armazenamento e aplicação ocorram em conformidade com a legislação ambiental vigente e com o menor impacto ambiental possível.

10.4 Diante do exposto, e considerando que não se identificam práticas adicionais de sustentabilidade aplicáveis ao caso concreto além daquelas já obrigatórias por força de lei e dos normativos técnicos vigentes, resta justificada a dispensa de exigências complementares de sustentabilidade, reputando-se atendidos os comandos da Lei nº 14.133/2021 quanto à promoção do desenvolvimento nacional sustentável na presente contratação.

10.5 Registra-se que foram avaliadas, no planejamento da contratação, a viabilidade e a pertinência de adoção de critérios adicionais de sustentabilidade, nos termos do art. 5º e do art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

10.5.1 No caso concreto, verifica-se que os insumos betuminosos e os serviços de transporte associados já se encontram submetidos a rigorosos normativos técnicos, ambientais e de segurança, fiscalizados por órgãos competentes e pela ANP, os quais exauzem as exigências aplicáveis, não se mostrando razoável ou proporcional a imposição de critérios adicionais.

10.5.2 Diante disso, considera-se atendido o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, sem prejuízo da execução eficiente e econômica do objeto.

11. DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1 A Contratada deverá prestar garantia contratual, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da sua via do contrato devidamente assinada, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a qual será liberada após o integral cumprimento das obrigações contratuais, observadas as condições previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

11.2 A garantia poderá ser prestada, a critério da Contratada, em uma das seguintes modalidades, conforme previsto no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

11.3 A garantia prestada em caução em dinheiro deverá ser realizada em favor da Contratante, sendo devidamente corrigida monetariamente, na forma da legislação aplicável.

11.4 Na hipótese de alteração do valor contratual, inclusive em razão de acréscimos, supressões ou prorrogação da vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada, de modo a preservar o percentual originalmente exigido, observadas as mesmas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

11.5 Caso a garantia venha a ser utilizada, total ou parcialmente, para o pagamento de multas, indenizações ou quaisquer outras obrigações decorrentes da execução contratual, a Contratada deverá proceder à recomposição do valor da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada pela Contratante.

11.6 A Contratante poderá executar a garantia, total ou parcialmente, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, para ressarcimento de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 Forma de Fornecimento e Local de Entrega

12.1.1 O fornecimento dos materiais objeto da contratação ocorrerá de forma contínua e sob demanda, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, mediante prévia autorização da Contratante, formalizada por meio de Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, conforme a necessidade operacional da Coordenação Especial de Asfaltamento - CEASF/ETURB.

12.1.2 As entregas serão realizadas na Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina, localizada na Av. Milton Brandão, nº 9252, Estrada do Povoado Alegria, zona sul de Teresina/PI, em remessas parceladas, sem qualquer custo adicional além do valor contratado, mediante agendamento prévio com o fiscal do contrato, no horário de 7h às 16h, de segunda a sexta-feira, ou conforme a conveniência da ETURB.

12.1.3 Após a assinatura do contrato, a Contratada poderá receber cronograma indicativo de previsão semanal de quantidades, o qual terá caráter estimativo, podendo sofrer ajustes em razão da formação das frentes de trabalho e das necessidades da Administração, sem que disso resulte direito a indenização ou reajuste.

12.2 Condições de Transporte e Entrega

12.2.1 Os materiais (emulsão asfáltica RR-1C, emulsão asfáltica RL-1C e Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP 50/70) deverão ser transportados em caminhões-tanque apropriados, licenciados e devidamente higienizados, em condições técnicas que assegurem a integridade, a qualidade e a rastreabilidade dos produtos, observadas as normas ambientais, de segurança e regulatórias vigentes.

12.2.2 Cada entrega deverá ser acompanhada de boletins de conformidade, laudos e certificados de qualidade, quando aplicável, por lote fornecido, bem como da nota fiscal correspondente, contendo identificação do produto, fabricante, procedência, lote e quantidade entregue.

12.2.3 A Contratada deverá emitir guias de remessa informatizadas, sem rasuras, contendo, no mínimo:

- a) identificação da Contratante;
- b) endereço completo do local de entrega;
- c) descrição detalhada do material entregue;
- d) unidade de fornecimento;
- e) quantidade entregue;
- f) data da entrega;
- g) identificação, assinatura do recebedor e do motorista ou responsável pela entrega.

12.3 Prazo de Entrega

12.3.1 O fornecimento e a entrega dos materiais deverão ocorrer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir do envio da solicitação formal pela Contratante, observadas as condições previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

12.4 Critérios de Aceitação e Recebimento do Objeto

12.4.1 Os materiais entregues serão avaliados quanto à quantidade, integridade, qualidade e conformidade técnica com as especificações deste Termo de Referência, da proposta da Contratada e dos documentos técnicos apresentados.

12.4.2 O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Recebimento provisório, no ato da entrega, mediante conferência quantitativa e visual do material, bem como realização de pesagem em balança para verificação do quantitativo efetivamente entregue;
- b) Recebimento definitivo, mediante emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo pelo setor competente, após:

I - apresentação e protocolo, pela contratada, da documentação necessária à instrução do processo de pagamento;

II - atesto da nota fiscal pela fiscalização contratual;

III - verificação da conformidade técnica, quantitativa e documental do fornecimento;

IV - eventual realização de diligências, inspeções ou verificações complementares consideradas necessárias pela fiscalização.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da regular instrução do processo de pagamento, podendo referido prazo ser suspenso na hipótese de pendência documental, necessidade de esclarecimentos, substituição de material rejeitado ou realização de diligências técnicas necessárias à verificação da conformidade do objeto.

12.4.3 Caso sejam constatadas inconformidades, os materiais poderão ser rejeitados total ou parcialmente, obrigando-se a Contratada a proceder à substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem quaisquer custos adicionais e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.4.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos ou desconformidades constatadas posteriormente, nos termos da legislação aplicável.

12.5 Requisitos Complementares de Qualidade e Segurança

12.5.1 Não serão aceitos materiais fora das especificações técnicas, produtos reprocessados, reciclados, reconicionados ou em desacordo com as normas da ABNT, DNIT, ANP e demais legislações aplicáveis.

12.5.2 Durante a vigência contratual, os fornecimentos deverão manter padrão uniforme de qualidade, marca e características técnicas, salvo mediante autorização expressa da Contratante, devidamente justificada.

12.5.3 O transporte, o manuseio, o armazenamento e a entrega dos materiais deverão observar integralmente o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como as normas ambientais, de segurança e de saúde aplicáveis.

13. DO MODELO E DA GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 Do Acompanhamento e da Fiscalização do Fornecimento

13.1.1 O fornecimento dos materiais objeto desta contratação (emulsão asfáltica RR-1C, emulsão asfáltica RL-1C e Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP 50/70) será acompanhado e fiscalizado pela Administração, de forma preventiva, rotineira e sistemática, a fim de assegurar o fiel cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, no contrato e na legislação vigente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 22.166/2022

13.1.2 A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros, por danos, irregularidades, vícios ou defeitos decorrentes do fornecimento, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

13.2 Da Designação do Gestor e do Fiscal do Contrato

13.2.1 A gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas por agentes públicos formalmente designados por ato administrativo específico (portaria) da autoridade competente, na qualidade de Gestor do Contrato e Fiscal(is) do Contrato, observados o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e os arts. 4º a 6º do Decreto Municipal nº 22.166/2022

13.2.2 O ato de designação indicará, no mínimo:

- a) o contrato ou conjunto de contratos objeto da gestão e da fiscalização;
- b) o nome, cargo e matrícula do gestor e do(s) fiscal(is);
- c) as atribuições específicas, quando não integralmente previstas na legislação;
- d) a indicação de suplente(s), quando cabível.

13.2.3 A designação observará o princípio da segregação de funções, a compatibilidade das atribuições do cargo do agente público com o objeto contratado e os requisitos previstos no Decreto Municipal nº 22.166/2022.

13.3 Das Competências do Fiscal do Contrato

13.3.1 Compete ao Fiscal do Contrato, sem prejuízo de outras atribuições legais e regulamentares:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento quanto aos prazos, quantidades e especificações técnicas;
- b) verificar a conformidade dos materiais entregues com as condições contratuais, inclusive por meio da conferência de notas fiscais, boletins de conformidade e demais documentos exigidos;
- c) registrar as ocorrências relevantes da execução contratual em instrumento próprio (Registro de Ocorrências);
- d) exigir da Contratada a correção de falhas, irregularidades ou desconformidades identificadas;
- e) comunicar ao Gestor do Contrato fatos que possam ensejar aplicação de sanções ou rescisão contratual;
- f) realizar o recebimento provisório e atestar o recebimento definitivo, quando for o caso, nos termos da legislação aplicável.

13.4 Das Competências do Gestor do Contrato

13.4.1 Compete ao Gestor do Contrato:

- a) acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativo, financeiro e operacional;
- b) coordenar e supervisionar as atividades da fiscalização;
- c) instruir processos de alteração contratual, prorrogação, reajuste, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro;
- d) controlar prazos de vigência, execução e garantias contratuais;
- e) adotar providências visando à aplicação de sanções e à rescisão contratual, quando cabível, submetendo-as à autoridade competente;
- f) zelar pela adequada formalização dos atos contratuais e pela observância da legislação vigente.

13.5 Das Obrigações da Contratada quanto à Fiscalização

13.5.1 A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, preposto formalmente designado, com poderes para representá-la junto ao Gestor e ao Fiscal do Contrato, para tratar de assuntos operacionais, administrativos e técnicos.

13.5.2 A Contratada deverá facilitar o exercício da fiscalização, franqueando acesso a documentos, informações, registros e instalações relacionadas à execução do contrato.

13.5.3 Não serão aceitos materiais fornecidos em desconformidade com as especificações técnicas exigidas, nem serão admitidos pleitos de faturamento por fornecimentos não aceitos pela fiscalização.

13.6 Dos Instrumentos de Controle e Acompanhamento

13.6.1 A gestão e a fiscalização do contrato poderão utilizar, conforme o caso, os seguintes instrumentos:

- a) Registro de Ocorrências;
- b) relatórios de fiscalização;
- c) checklists de recebimento;
- d) registros fotográficos;
- e) comunicações formais e eletrônicas;
- f) sistemas informatizados oficiais, inclusive o Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

13.6.2 Os registros produzidos integrarão o processo administrativo da contratação, servindo de suporte à liquidação da despesa, à aplicação de sanções e à prestação de contas aos órgãos de controle.

13.7 Finalidade da Gestão e da Fiscalização

13.7.1 O modelo de gestão e fiscalização adotado tem por finalidade assegurar:

- a) o cumprimento integral do objeto contratado;
- b) a rastreabilidade e transparência dos atos administrativos;

- c) o controle e a mitigação de riscos contratuais;
- d) a correta aplicação dos recursos públicos;
- e) a continuidade do fornecimento essencial às atividades de pavimentação e manutenção viária do Município de Teresina.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1 Obrigações da CONTRATANTE

14.1.1 Receber os materiais objeto da contratação (emulsão asfáltica RR-1C, emulsão asfáltica RL-1C e Cimento Asfáltico de Petróleo – CAP 50/70) nos prazos, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

14.1.2 Verificar, por meio da fiscalização designada, a conformidade dos materiais recebidos, inicialmente de forma provisória e, posteriormente, de forma definitiva, quanto às especificações técnicas, quantitativas e documentais.

14.1.3 Comunicar formalmente à Contratada quaisquer imperfeições, falhas, irregularidades ou inconformidades constatadas nos materiais fornecidos, para fins de substituição ou correção, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, por meio de servidor ou comissão designada, registrando as ocorrências verificadas e determinando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades.

14.1.5 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nos prazos e condições estabelecidos no contrato, observada a regular liquidação da despesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.1.6 Não se responsabilizar por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos ou omissões da Contratada ou de seus prepostos.

14.1.7 Fornecer à Contratada as informações e orientações necessárias e indispensáveis à adequada execução do fornecimento.

14.1.8 Comunicar prontamente quaisquer anormalidades identificadas durante o fornecimento, podendo recusar o recebimento de materiais que não atendam às especificações técnicas exigidas.

14.1.9 Exercer controle de qualidade sobre os materiais fornecidos, inclusive mediante análise documental e, quando necessário, por amostragem.

14.1.10 Exigir o cumprimento das garantias legais e contratuais relativas aos materiais fornecidos, quando aplicável.

14.2 Obrigações da CONTRATADA

14.2.1 Cumprir rigorosamente as disposições do edital, deste Termo de Referência, do contrato e da proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento.

14.2.2 Fornecer e entregar os materiais (emulsão asfáltica RR-1C, emulsão asfáltica RL-1C e CAP 50/70) em perfeitas condições de qualidade, no prazo e local designados, acompanhados da respectiva nota fiscal e dos documentos técnicos exigidos, contendo identificação do produto, marca, fabricante, lote, procedência e boletins de conformidade.

14.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos e danos dos produtos fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da legislação aplicável.

14.2.4 Proceder, às suas expensas, à substituição, correção ou reposição dos materiais não conformes, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.2.5 Comunicar previamente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos ao cumprimento do prazo de entrega, devidamente justificados e comprovados.

14.2.6 Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no certame.

14.2.7 Indicar e manter preposto formalmente designado, apto a representar a Contratada perante a Administração durante toda a execução contratual.

14.2.8 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais decorrentes direta ou indiretamente do fornecimento.

14.2.9 Responder por perdas e danos causados à Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão própria ou de seus empregados, prepostos ou representantes.

14.2.10 Transportar os materiais em veículos apropriados, licenciados, limpos e em perfeitas condições técnicas, garantindo a qualidade e integridade dos produtos até o local de entrega.

14.2.11 Garantir que os materiais fornecidos estejam em conformidade com as normas técnicas, ambientais, de segurança e regulatórias aplicáveis, especialmente as da ABNT, INMETRO, DNIT e ANP.

14.2.12 Prestar orientações técnicas à Contratante, quando solicitado, quanto aos cuidados de manuseio, transporte e armazenamento adequados dos materiais.

14.2.13 Manter seus empregados devidamente identificados e sujeitos às normas internas da Contratante, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre tais empregados e a Administração.

14.2.14 Corrigir imediatamente quaisquer deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela fiscalização, durante o fornecimento dos materiais.

14.2.15 Atender integralmente à legislação ambiental vigente, inclusive quanto à destinação adequada de resíduos, quando aplicável.

14.2.16 Quando não for possível a verificação por meio do Sistema Único de Registro Cadastral do Município de Teresina - SURT, apresentar, nos prazos estabelecidos, a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida.

14.2.17 Fornecer os materiais em conformidade com as normas da ABNT, INMETRO, DNIT e demais regulamentações aplicáveis.

14.2.18 Adotar procedimentos adequados de manuseio e transporte, sendo vedado rolar, arrastar, tombar ou submeter os materiais a qualquer forma de agressão física durante o transporte ou entrega.

14.2.19 Não promover a substituição de marca, modelo ou especificação técnica dos materiais sem prévia e expressa autorização da Contratante, mediante comprovação de equivalência técnica.

14.2.20 Responder integralmente por eventuais danos ambientais decorrentes do transporte, manuseio, armazenamento e entrega dos materiais, adotando todas as medidas preventivas e corretivas necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

15. DO PAGAMENTO

15.1 Condições Gerais

15.1.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do atesto da nota fiscal, após a regular liquidação da despesa, nos termos dos arts. 141 e 143 da Lei nº 14.133/2021, mediante ordem bancária para crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, por ela indicada, preferencialmente junto ao Banco do Brasil S.A.

15.1.2 Na hipótese de pendência documental, de inconsistência na nota fiscal ou da necessidade de apresentação de documentos complementares ou adicionais, o prazo de pagamento ficará suspenso até a efetiva regularização, não cabendo à ETURB qualquer responsabilidade por eventual atraso decorrente dessas pendências.

15.2 Documentação Mínima para Solicitação de Pagamento

15.2.1 Para a abertura e instrução do processo administrativo de pagamento, a Contratada deverá apresentar, no mínimo, os seguintes documentos:

- a) requerimento formal, em papel timbrado, devidamente assinado, contendo identificação da empresa, número e valor da nota fiscal e dados bancários;
- b) cópia legível da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do objeto;
- d) certificado de Regularidade do FGTS - CRF, atualizado;
- e) certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- f) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- g) cópia do contrato, da Ata de Registro de Preços ou do instrumento equivalente que formalize a contratação.

15.2.2 Outras documentações poderão ser solicitadas pela Administração, a qualquer tempo, quando necessárias à regular instrução do processo, à liquidação da despesa, à verificação da regularidade da Contratada ou ao atendimento de exigências legais, regulamentares ou dos órgãos de controle.

Parágrafo único. Para fins de liquidação e pagamento, será considerado o prazo de validade das certidões e documentos comprobatórios de regularidade vigente no momento da solicitação do pagamento, observado o disposto na legislação aplicável.

15.3 Do Processo Administrativo de Pagamento

15.3.1 O início do procedimento de pagamento dependerá da abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizado exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI ([SEI EXTERNO](#)), devendo a Contratada manter-se devidamente habilitada no sistema, conforme orientações do órgão responsável pela sua gestão.

15.4 Do Atesto e da Verificação de Regularidade

15.4.1 O pagamento somente será autorizado após:

- a) o atesto da nota fiscal pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do objeto; e
- b) a verificação da manutenção das condições de habilitação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

15.5 Das Pendências e Correções

15.5.1 Constatadas incorreções na nota fiscal, inconsistências na documentação apresentada ou pendências impeditivas da liquidação da despesa, a Contratada será formalmente notificada para promover a regularização no prazo fixado pela Administração.

15.6 Da Data do Pagamento e Consultas Obrigatórias

15.6.1 Considera-se como data do pagamento aquela em que for emitida a ordem bancária.

15.6.2 Antes da realização de cada pagamento, será realizada consulta aos sistemas oficiais para verificação da regularidade da Contratada e da manutenção das condições de habilitação exigidas no certame.

15.7 Da Regularização de Pendências

15.7.1 Verificada situação de irregularidade, a Contratada será advertida por escrito para que promova a regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, admitida uma única prorrogação, a critério da Administração.

15.7.2 Persistindo a irregularidade, a ETURB comunicará o fato aos órgãos competentes, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.7.3 Enquanto houver fornecimento regular do objeto, os pagamentos poderão ser realizados até decisão administrativa em sentido contrário, observadas as disposições legais aplicáveis.

15.8 Das Excepcionalidades

15.8.1 Excepcionalmente, por razões de economicidade, segurança nacional ou relevante interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente, o contrato poderá ser mantido, ainda que exista pendência sanável por parte da Contratada, nos termos da legislação vigente.

15.9 Das Retenções Tributárias

15.9.1 Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

15.9.2 A Contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente tal condição.

15.10 Da Ordem Cronológica de Pagamento

15.10.1 A ETURB observará, para cada fonte de recursos, a ordem cronológica das datas de exigibilidade dos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, salvo nos casos de exceção legalmente admitidos e devidamente justificados.

15.11 Das Glosas e Retenções

15.11.1 O pagamento poderá sofrer glosa ou retenção, total ou parcial, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, caso a Contratada:

- a) não produza os resultados esperados;
- b) deixe de entregar os materiais ou os entregue em desconformidade com as especificações técnicas;
- c) forneça produtos com qualidade inferior à exigida;
- d) descumpra obrigações legais, contratuais ou regulamentares.

15.12 A unidade de medição do objeto será:

- a) tonelada, para CAP 50/70 e emulsões asfálticas;
- b) conforme quantitativos efetivamente entregues e aceitos.

15.12.1 O atesto será realizado pelo Fiscal do Contrato, após o recebimento definitivo, mediante conferência:

- a) da quantidade entregue;
- b) da conformidade técnica;
- c) dos documentos exigidos.

15.12.2 A liquidação da despesa ocorrerá somente após o atesto e a verificação da regularidade da Contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1 Do Reajuste de Preços

16.1.1 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da sessão pública do certame, correspondente à data limite para apresentação das propostas, nos termos dos arts. 92 e 134 da Lei nº 14.133/2021.

16.1.2 Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação da Contratada e análise da Administração, com base na variação dos índices oficiais divulgados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, observando-se:

a) para o Lote 1 (CAP 50/70), será utilizado o índice DNIT/SICRO - Subitem "Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP";

b) para os Lotes 2 e 3 (Emulsão Asfáltica RR-1C e Emulsão Asfáltica RL-1C), será utilizado o índice DNIT/SICRO - Subitem "Emulsão Asfáltica";

c) o reajuste será calculado com base na variação acumulada do índice correspondente entre a data da sessão pública do certame e a data de implementação do reajuste.

16.1.3 O reajuste será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \times ((I - I_0) / I_0)$$

Onde:

R = valor do reajuste;

V = valor contratual a ser reajustado;

I₀ = índice de referência correspondente à data da sessão pública do certame (data-base do reajuste);

I = índice correspondente ao mês de implementação do reajuste.

16.1.4 Para os reajustes subsequentes, será observado novo período mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

16.1.5 Na hipótese de atraso, suspensão ou ausência de divulgação dos índices de reajuste pelo DNIT, poderá ser utilizada a última variação oficialmente disponível, promovendo-se a compensação financeira quando da publicação definitiva dos índices aplicáveis.

16.1.6 Para fins de cálculo final do reajuste, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo divulgado pelo órgão oficial competente.

16.1.7 Caso os índices referidos neste item venham a ser extintos, substituídos ou deixem de refletir adequadamente a variação dos custos dos insumos contratados, será adotado o índice que legalmente os substituir ou outro índice oficial setorial que melhor represente a variação dos respectivos custos, mediante justificativa técnica e formalização nos termos da legislação vigente.

16.1.8 Os reajustes previstos nesta cláusula serão formalizados por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

16.2.1 O contrato poderá ser revisto, a qualquer tempo, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", e art. 135 da Lei nº 14.133/2021, quando ocorrer fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que altere substancialmente os encargos da Contratada ou da Administração.

16.2.2 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente requerido, devidamente justificado e comprovado, cabendo ao Gestor do Contrato proceder à análise técnica, econômica e jurídica do pleito.

16.2.3 Os reequilíbrios previstos nesta cláusula serão formalizados por termo aditivo ao contrato.

16.3 Da Revisão de Preços no Sistema de Registro de Preços

16.3.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de:

- a) redução comprovada dos preços praticados no mercado; ou
- b) elevação comprovada dos custos do fornecimento.

16.3.2 Caso o preço registrado se torne superior ao praticado no mercado, o Gestor do Contrato ou o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar a Contratada para negociação visando à redução do preço;
- b) frustrada a negociação, liberar a Contratada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades;
- c) convocar os demais fornecedores registrados para igual oportunidade de negociação.

16.3.3 Caso o preço de mercado venha a se tornar superior ao preço registrado, a Contratada poderá solicitar a revisão, mediante requerimento e comprovação, podendo o órgão gerenciador:

- a) liberar a Contratada do compromisso assumido, sem penalidades, desde que a solicitação ocorra antes da autorização de fornecimento ou da emissão de nota de empenho;
- b) convocar os demais fornecedores registrados para negociação.

16.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá revogar a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas necessárias para assegurar a contratação mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Da Utilização da Ata de Registro de Preços

17.1.1 A contratação poderá adotar o Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, visando possibilitar o fornecimento sob demanda, de forma fracionada, conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados, observado o disposto neste Termo de Referência, no edital e na Ata.

17.1.2 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal participantes do certame, bem como os órgãos ou entidades não participantes, mediante prévia autorização do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantajosidade, observados os limites e condições previstos na legislação vigente e nos regulamentos municipais aplicáveis.

17.1.3 Os órgãos e entidades não participantes que desejarem aderir à Ata de Registro de Preços deverão manifestar formalmente seu interesse, instruindo processo administrativo próprio, observando as normas legais, regulamentares e as condições estabelecidas no edital e na Ata.

17.1.4 O fornecedor registrado somente poderá firmar contratos ou atender solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços mediante prévia autorização do órgão gerenciador, respeitadas as condições registradas e a ordem de classificação.

17.1.5 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes, desde que tal fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

17.1.6 As solicitações de adesão, a anuência do fornecedor e a autorização do órgão gerenciador deverão ser formalizadas por processo administrativo, devidamente instruído com a documentação necessária.

17.1.7 O órgão não participante (carona) somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no certame, dentro da vigência da Ata, limitado a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, observada a legislação municipal vigente.

17.1.8 O quantitativo total decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.1.9 Após a autorização da adesão pelo órgão gerenciador, o órgão não participante deverá:

- a) responder integralmente por quaisquer atos praticados em desacordo com as condições comerciais e financeiras da Ata;
- b) formalizar o respectivo contrato ou instrumento equivalente diretamente com o fornecedor registrado;
- c) observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias para efetivar a contratação, contado da autorização, respeitada a vigência da Ata.

17.2 Da Competência do Órgão Gerenciador

17.2.1 Compete ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) providenciar sua assinatura, publicação e o encaminhamento de cópias aos órgãos participantes;
- c) indicar os fornecedores para atendimento das demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos registrados;
- d) conduzir renegociações e revisões dos preços registrados, quando cabíveis;
- e) aplicar penalidades decorrentes do descumprimento da Ata ou das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3 Do Cancelamento do Registro de Preços do Fornecedor

17.3.1 O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado quando este:

- a) descumprir as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;
- b) recusar-se a celebrar o contrato ou a retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos praticados no mercado.

17.3.2 O cancelamento do registro será formalizado por ato administrativo motivado do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.3 O cancelamento poderá ocorrer, ainda, por fato superveniente devidamente comprovado, decorrente de caso fortuito, força maior ou razão de interesse público, ou a pedido do fornecedor, desde que devidamente justificado.

17.4 Da Vigência da Ata de Registro de Preços

17.4.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade das condições e dos preços, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

17.4.2 No ato de prorrogação da vigência da Ata poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente registrado.

17.4.3 O ato de prorrogação deverá indicar expressamente o prazo prorrogado e o quantitativo renovado, quando houver.

17.5 Da Revisão e Atualização dos Preços Registrados

17.5.1 Os preços registrados poderão ser revistos e atualizados, mediante comprovação e justificativa, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como da regulamentação municipal aplicável.

17.5.2 A revisão ou atualização dos preços dependerá de autorização da autoridade competente, cabendo ao órgão gerenciador promover as alterações necessárias, com a atualização do quadro de preços registrados e sua divulgação oficial.

17.5.3 A atualização dos preços registrados observará a aplicação do índice IPCA, tendo como termo inicial a data da apresentação da proposta, desde que decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses. Para as atualizações subsequentes, o termo inicial será contado a partir da data dos efeitos financeiros da última atualização concedida.

18. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Das Infrações Administrativas

18.1.1 Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, as seguintes condutas praticadas pela Contratada:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação;
- e) não manter a proposta, salvo por motivo superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução contratual;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 Das Sanções Administrativas

18.2.1 Pela prática das infrações previstas no item anterior, poderão ser aplicadas à Contratada, observada a gravidade da conduta, as seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I - Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato e a infração não justificar penalidade mais grave;

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b" a "g" do item 18.1, sempre que não se justificar a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade;

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h" a "l" do item 18.1, bem como nas alíneas "b" a "g", quando a gravidade da infração justificar a penalidade mais severa;

IV - Multa, nas seguintes modalidades:

- a) Multa moratória, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao 30º (trigésimo) dia;
- b) Multa moratória, no mesmo percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, limitada ao 60º (sexagésimo) dia, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- c) Multa compensatória, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto.

18.3 Da Rescisão Contratual por Inadimplemento

18.3.1 O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas

cláusulas.

18.4 Das Disposições Gerais sobre Sanções

18.4.1 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da Contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração, nos termos do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021.

18.4.2 As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

18.4.3 Antes da aplicação da sanção de multa, será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, conforme o art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

18.4.4 Se o valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, a diferença poderá ser descontada da garantia contratual ou cobradas judicialmente, nos termos do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.

18.4.5 Previamente ao encaminhamento para cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação formal da autoridade competente.

18.5 Do Processo Administrativo Sancionador

18.5.1 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, especialmente para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

18.5.2 Na aplicação das sanções, serão considerados, entre outros critérios, os previstos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as circunstâncias do caso concreto;
- c) a existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos causados à Administração;
- e) a adoção ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

18.6 Da Responsabilização e dos Cadastros Oficiais

18.6.1 Os atos que também configurem ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

18.6.2 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021, sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar ou encobrir a prática de ilícitos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.6.3 A Administração deverá registrar as sanções aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, conforme o art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

18.6.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

18.6.5 Os débitos decorrentes de multas administrativas ou indenizações poderão ser compensados com créditos devidos pela Administração à Contratada, nos termos da legislação e da regulamentação aplicável.

19. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

19.1 O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

19.3 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19.4 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira

apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

19.5 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

20. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1 Da Forma de Apresentação das Propostas

20.1.1 As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do sistema utilizado para a realização do Pregão Eletrônico, observados os prazos, condições e exigências estabelecidos no edital e neste Termo de Referência, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.2 A proposta deverá conter, no mínimo:

- a) razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico (e-mail) e telefone de contato;
- b) indicação expressa da marca e, quando aplicável, do modelo dos produtos ofertados;
- c) preço unitário e preço total por item/lote, em moeda corrente nacional, com valores expressos em algarismos, incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, taxas, frete, seguro, embalagens, carga, descarga e demais encargos necessários ao fiel cumprimento do objeto;
- d) declaração de que os produtos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

20.1.3 Em caso de divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o preço unitário. Havendo divergência entre valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor expresso em algarismos, conforme padrão do sistema eletrônico.

20.1.4 As propostas apresentadas deverão possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data da sessão pública do certame.

20.1.5 O prazo de validade das propostas poderá ser prorrogado, mediante solicitação da Administração e anuência expressa do licitante.

20.2 Dos Critérios de Aceitação das Propostas

20.2.1 Somente serão aceitas as propostas que atendam integralmente às exigências técnicas, legais e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, nos termos dos arts. 59 e 60 da Lei nº 14.133/2021.

20.2.2 Os produtos ofertados deverão ser compatíveis com os requisitos técnicos e de desempenho exigidos, sendo vedada a oferta de produtos de especificação inferior, genéricos ou em desacordo com as normas técnicas, ambientais e regulatórias aplicáveis.

20.2.3 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às especificações técnicas exigidas;
- b) apresentem preços manifestamente inexequíveis ou excessivos;
- c) contrariem disposições legais, regulamentares ou editalícias.

20.2.4 Para fins de verificação de exequibilidade, a Administração poderá solicitar planilhas, composições de custos e demais documentos pertinentes, inclusive quanto ao frete/logística do DMT, quando entender necessário, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

20.2.5 A aceitabilidade do preço considerará a compatibilidade com o mercado e a coerência com as condições de fornecimento (incluindo transporte, DMT, prazo e requisitos técnicos), sendo facultado ao pregoeiro promover diligências e negociação para obtenção da proposta mais vantajosa.

20.3 Dos Critérios de Aceitabilidade dos Preços

20.3.1 Os preços ofertados deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa de preços previamente realizada pela Administração, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

20.3.2 Serão considerados aceitáveis os preços que:

- a) não ultrapassem o valor estimado ou de referência definido pela Administração;
- b) sejam considerados exequíveis, à luz dos custos envolvidos e da lógica de mercado.

20.3.3 A Administração poderá promover negociação eletrônica com o licitante melhor classificado, visando à obtenção de preço mais vantajoso, conforme o art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

20.4 Da Documentação de Habilitação

20.4.1 Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

20.4.1 Habilitação Jurídica

Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, acompanhado de suas alterações ou da consolidação respectiva;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- c) Documento oficial de identificação com foto do representante legal da empresa, bem como instrumento que comprove seus poderes de representação (ata de eleição, procuração, contrato social ou equivalente);
- d) Certidão negativa ou declaração de inexistência de sanção que implique impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

II. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

III. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);

IV. Relação de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU;

V. Cadastro de sanções do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI.

e) Declaração de que não se encontra suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.4.2 Qualificação Econômico-Financeira

- a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- b) comprovação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), com base nas demonstrações contábeis exigidas;
- c) caso qualquer índice seja igual ou inferior a 1 (um), será exigido capital mínimo correspondente a 5% do valor estimado da contratação;
- d) empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar balanço de abertura, conforme art. 69, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

20.4.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidão de regularidade fiscal estadual;
- c) certidão de regularidade fiscal municipal;
- d) certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- e) certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

20.5 Da Qualificação Técnica

20.5.1 A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento e/ou transporte de insumos betuminosos compatíveis com o lote para o qual esteja concorrendo.

20.5.2 Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será exigida a demonstração de execução anterior de quantitativos mínimos correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado para cada lote, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, conforme abaixo:

- a) Lote 1 – CAP 50/70: mínimo de 4.000 (quatro mil) toneladas;
- b) Lote 2 – Emulsão Asfáltica RR-1C: mínimo de 375 (trezentas e setenta e cinco) toneladas;
- c) Lote 3 – Emulsão Asfáltica RL-1C: mínimo de 600 (seiscentas) toneladas.

20.5.3 Será admitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que demonstrem a execução de objeto compatível com o lote pretendido.

20.5.4 A compatibilidade técnica será aferida mediante comprovação de fornecimento e/ou transporte de Cimento Asfáltico de Petróleo – CAP, emulsões asfálticas ou outros insumos betuminosos de características equivalentes.

20.5.5 A licitante deverá apresentar Licença Ambiental e Licença de Operação – LO, quando exigíveis para as atividades de fabricação, distribuição, armazenamento ou transporte dos materiais objeto da contratação, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

20.5.6 A licitante deverá apresentar Autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, quando exigível para a atividade exercida, observadas as normas vigentes da Agência, devendo a autorização corresponder ao estabelecimento participante da licitação, quando aplicável.

21. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

21.1 A presente contratação foi precedida da elaboração de Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, integrante do processo administrativo, no qual foram analisadas a necessidade da contratação, alternativas de solução, viabilidade técnica e econômica, definição do objeto, justificativa do critério de julgamento por lote, divisão do objeto, e a adequação do SRP às características da demanda.

21.2 Em observância ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021 (planejamento da contratação e gestão de riscos), foram identificados e avaliados os principais riscos associados à execução, com indicação das medidas de tratamento/mitigação previstas neste Termo de Referência e no futuro instrumento contratual, destacando-se, no mínimo:

- a) Risco de desabastecimento da Usina de Asfalto por atrasos logísticos ou indisponibilidade do fornecedor: mitigado por prazos de entrega definidos (72h), exigência de frota/condições de transporte adequadas, fiscalização ativa e aplicação de sanções;
- b) Risco de entrega de material fora de especificação (qualidade/conformidade): mitigado pela exigência de boletins/laudos/certificados por lote, possibilidade de rejeição total/parcial, substituição sem ônus e recebimento provisório/definitivo;
- c) Risco de variação relevante de custos/mercado (impacto em preços e continuidade): mitigado por regras de revisão/reajuste/reequilíbrio, renegociação e mecanismos de revisão no SRP;
- d) Risco ambiental e de segurança no transporte/manuseio: mitigado por exigência de licenças/autorizações aplicáveis (quando exigíveis), veículos apropriados, observância de normas ambientais e responsabilização integral por danos;
- e) Risco de inadimplência contratual e descumprimento de prazos: mitigado por sanções administrativas, garantia contratual (quando contratualizada), controle de recebimento e glosas.

21.3 A Administração poderá, a qualquer tempo, complementar o gerenciamento de riscos por meio de Matriz/Mapa de Riscos, relatórios do gestor/fiscal e ajustes de procedimentos de fiscalização, sem alteração do objeto e respeitada a Lei nº 14.133/2021.

22. DA RESCISÃO CONTRATUAL

22.1 O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e formas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante ato devidamente motivado e formalizado no processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.2 Constituem motivos para a rescisão contratual, entre outros previstos na legislação vigente:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos ou demais obrigações assumidas;
- b) o desatendimento das determinações regulares do Gestor ou do Fiscal do Contrato, ou de autoridade superior;
- c) a alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que prejudique a execução contratual;
- d) a decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da Contratada;
- e) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente;
- g) o descumprimento de obrigações legais, ambientais ou regulatórias aplicáveis ao objeto;
- h) demais hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

22.3 A rescisão contratual poderá ocorrer:

- I - por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos previstos em lei, exceto quando o inadimplemento decorrer de conduta da própria Administração;
- II - de forma consensual, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e não resulte prejuízo ao interesse público;
- III - por decisão arbitral, quando houver cláusula compromissória ou compromisso arbitral;
- IV - por decisão judicial transitada em julgado.

22.4 A rescisão unilateral e a rescisão consensual deverão ser precedidas de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo administrativo.

22.5 A rescisão do contrato será formalmente motivada, com registro das circunstâncias que a ensejaram, assegurando-se à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.6 Quando a rescisão contratual decorrer de culpa exclusiva da Contratante, a Contratada fará jus, no que couber, à:

- a) devolução da garantia contratual;
- b) quitação dos valores devidos pelos fornecimentos regularmente executados até a data da rescisão;
- c) indenização pelos custos comprovadamente incorridos com a desmobilização, quando aplicável.

22.7 Na hipótese de rescisão unilateral por iniciativa da Contratante, poderão ser adotadas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, as medidas previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, inclusive:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar;
- b) ocupação e utilização provisória do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução, quando necessário à continuidade do serviço público;

- c) execução total ou parcial da garantia contratual para ressarcimento de prejuízos, pagamento de multas e demais valores devidos;
- d) retenção de créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos apurados.

22.8 O termo de rescisão contratual, sempre que possível, será precedido de:

- a) balanço dos eventos contratuais já executados ou parcialmente executados;
- b) relação dos pagamentos realizados e dos valores eventualmente devidos;
- c) apuração de indenizações, glosas e multas, quando cabíveis, nos termos do contrato, deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

22.9 A rescisão contratual não afasta a responsabilidade da Contratada por prejuízos causados à Administração ou a terceiros, nem impede a aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

23. DA INTEGRIDADE, ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

23.1 As partes comprometem-se a observar, durante todo o processo licitatório e a execução contratual, os princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, integridade e boa-fé, abstendo-se da prática de quaisquer atos ilícitos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas aplicáveis.

23.2 Constituem práticas vedadas, entre outras:

- a) oferecer, prometer, dar ou solicitar vantagem indevida a agente público ou a terceiro relacionado;
- b) fraudar, frustrar ou manipular o caráter competitivo do certame;
- c) apresentar documentação falsa ou prestar informações inverídicas;
- d) agir de forma conluída, coercitiva ou obstrutiva à fiscalização.

23.3 A comprovação de prática ilícita poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

23.4 Na hipótese de o contrato vir a ser financiado, total ou parcialmente, por organismo financeiro multilateral, a Contratada deverá permitir a realização de auditorias, inspeções e acesso a documentos relacionados à licitação e à execução contratual, nos termos exigidos pelo respectivo financiador.

24. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

24.1 Considerando a natureza do objeto desta contratação, não se prevê, inicialmente, o tratamento de dados pessoais pela Contratada em nome da Contratante, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

24.2 Caso, no curso da execução contratual, seja identificado o tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a observar integralmente a LGPD, firmando, se necessário, termo aditivo específico para disciplinar responsabilidades, medidas de segurança, confidencialidade e conformidade legal.

24.3 A Contratada compromete-se a adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais eventualmente tratados contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

Lote 1 - CAP 50/70 + Transporte (DMT 600 km)

- Quantidade estimada: 8.000 t
- Valor unitário do CAP 50/70: R\$ 4.381,41/t
- Valor unitário do transporte: R\$ 265,23/t
- Valor total estimado: R\$ 37.173.120,00 (trinta e sete milhões, cento e setenta e três mil cento e vinte reais)

Lote 2 - Emulsão Asfáltica RR-1C + Transporte (DMT 600 km)

- Quantidade estimada: 750 t
- Valor unitário da emulsão RR-1C: R\$ 4.079,00/t
- Valor unitário do transporte: R\$ 265,23/t
- Valor total estimado: R\$ 3.258.172,50 (três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

Lote 3 - Emulsão Asfáltica RL-1C + Transporte (DMT 600 km)

- Quantidade estimada: 1.200 t
- Valor unitário da emulsão RL-1C: R\$ 4.159,56/t
- Valor unitário do transporte: R\$ 265,23/t
- Valor total estimado: R\$ 5.309.748,00 (cinco milhões, trezentos e nove mil setecentos e quarenta e oito reais)

Valor Global Estimado da Contratação

R\$ 45.741.040,50 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil e quarenta reais e cinquenta centavos)

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1 Material de Consumo:

Dotação: 20001. 15451 0018 4. 015- Melhorias de Vias Públicas

Despesa: 449030 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: 1500100/1501100/1750115/2750115/1754619

26.2 Serviço:

Dotação: 20001. 15451 0018 4. 015- Melhorias de Vias Públicas

Despesa: 4.4.90.39 - Outros Serviços de Terceiros- P. Jurídica

Fonte de Recurso: 1500100/1501100/1750115/2750115/1754619

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da ETURB, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar o processo licitatório em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

27.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, PI, para dirimir litígios resultantes deste Edital e do contrato.

Teresina, datado eletronicamente.

Visto:

(assinado eletronicamente)

Eng^a. Camila Moura de Sabóia Medeiros

Diretora da Coordenação Especial de Asfaltamento da ETURB

(assinado eletronicamente)

Eng^o. Jeferson da Silva Oliveira

Chefe de Supervisão Especial

Teresina, datado eletronicamente.

Aprovo o presente Termo de Referência:

(assinado eletronicamente)

Eng^o Vicente da Silva Moreira Filho

Diretor Presidente da ETURB



Documento assinado eletronicamente por **Camila Moura de Saboia Medeiros, Diretor da Coordenação Especial de Asfaltamento**, em 24/06/2026, às 10:31, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson da Silva Oliveira, Chefe de Supervisão Especial**, em 24/06/2026, às 10:31, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente da Silva Moreira Filho, Presidente da ETURB**, em 24/06/2026, às 16:17, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **15724003** e o código CRC **4D8CEFF9**.

Referência: Processo nº 00081.001085/2026-57

SEI nº 15724003

Rua Clodoaldo Freitas, 664 - Bairro Centro - - CEP 64003-850 - Teresina - PI



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

OBJETO

Contratação de empresa especializada para o transporte comercial de material betuminoso a quente e a frio, com Distância Média de Transporte (DMT) de 600 km, bem como para a aquisição, sob demanda, em lotes, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), dos seguintes insumos:

- 8.000 (oito mil) toneladas de Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP 50/70;
- 750 (setecentas e cinquenta) toneladas de emulsão asfáltica RR-1C;
- 1.200 (mil e duzentas) toneladas de emulsão asfáltica RL-1C;

destinados ao uso contínuo na Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina, localizada na Rod. Milton Brandão, Povoado Alegria, Nº 9252, sob responsabilidade da Coordenação Especial de Asfaltamento - CEASF/ETURB.

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os insumos betuminosos Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP 50/70, Emulsão Asfáltica RR-1C e Emulsão Asfáltica RL-1C, associados de forma indissociável aos respectivos serviços de transporte comercial especializado, constituem materiais essenciais, estratégicos e críticos para a execução contínua dos serviços de pavimentação, recapeamento, recomposição asfáltica, restauração e manutenção da malha viária urbana do Município de Teresina.

A natureza técnica desses materiais, que exige controle rigoroso de temperatura, acondicionamento, estabilidade físico-química e tempo de transporte, torna inviável a dissociação entre fornecimento e logística, sendo o transporte parte integrante do objeto, sob pena de comprometimento da qualidade do material, da segurança operacional e da continuidade das frentes de serviço.

1.1 - Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP 50/70 e transporte a quente

O CAP 50/70 é o ligante asfáltico essencial para a produção do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), empregado na execução de camadas de rolamento, reforço estrutural e recomposição funcional do pavimento urbano. Suas propriedades reológicas garantem resistência mecânica, coesão interna, flexibilidade e adequado desempenho estrutural frente às solicitações decorrentes do tráfego urbano intenso e das condições climáticas locais.

A produção de CBUQ depende de transporte comercial especializado a quente, realizado em veículos apropriados, dotados de isolamento térmico e controle de temperatura, assegurando a manutenção das características técnicas do ligante até sua descarga na Usina de Asfalto. A interrupção do fornecimento ou a inadequação do transporte inviabiliza a produção do CBUQ, ocasionando paralisação das frentes de pavimentação, atraso no cronograma físico-financeiro e prejuízos à mobilidade urbana.

Assim, a contratação integrada do CAP 50/70 e de seu transporte a quente é indispensável para garantir o funcionamento regular da Usina de Asfalto e a continuidade das obras estruturantes de pavimentação urbana.

1.2 - Emulsão Asfáltica RR-1C e transporte a frio

A emulsão asfáltica RR-1C é empregada na pintura de ligação, etapa técnica imprescindível para assegurar a adequada aderência entre camadas estruturais do pavimento, promovendo a coesão entre base, revestimento existente e nova camada asfáltica aplicada. Sua correta utilização previne deslocamentos, falhas prematuras e perda de desempenho estrutural.

O fornecimento da RR-1C exige transporte comercial a frio, em condições controladas que preservem a estabilidade da emulsão, evitando ruptura prematura e garantindo sua eficiência no momento da aplicação. A indisponibilidade do transporte adequado compromete a execução da pintura de ligação, inviabilizando a aplicação de novas camadas asfálticas e resultando em interrupção das frentes de serviço.

Dessa forma, a contratação conjunta da emulsão RR-1C e de seu transporte especializado é condição necessária para assegurar a qualidade técnica, a durabilidade e a eficiência das intervenções viárias.

1.3 - Emulsão Asfáltica RL-1C e transporte por caminhão-tanque

A emulsão asfáltica RL-1C é utilizada na produção do Asfalto Pré-Misturado a Frio (PMF), amplamente empregado em serviços de manutenção corretiva, especialmente na Operação Tapa-Buraco, apresentando elevada relevância em períodos chuvosos, quando a aplicação do CBUQ se torna tecnicamente limitada.

A utilização da RL-1C demanda transporte por caminhão-tanque adequado, garantindo o acondicionamento, a homogeneidade e a integridade do material até sua utilização. A ausência de transporte especializado compromete a qualidade do PMF produzido, reduz a eficiência da manutenção corretiva e prejudica a capacidade de resposta imediata da Administração frente a demandas emergenciais da malha viária.

I.4 - Justificativa logística da Distância Média de Transporte (DMT = 600 km)

A DMT de 600 km adotada para fins de estimativa de custos fundamenta-se em critérios técnicos, logísticos e geográficos objetivos, considerando que os polos produtores e distribuidores de insumos betuminosos capazes de atender, de forma regular e em escala compatível, encontram-se majoritariamente no Estado do Ceará, configurando-se como a alternativa logística mais próxima, viável e economicamente racional para o abastecimento da Usina de Asfalto de Teresina.

A adoção de DMT superior ao estritamente necessário implicaria elevação artificial do custo estimado, em afronta aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, sem correspondência com a real necessidade operacional da Administração. Ressalta-se que a definição da DMT não restringe a competitividade do certame, servindo exclusivamente como parâmetro técnico de estimativa de custos, conforme metodologia consagrada e tabelas oficiais do DNIT.

II - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

O Município de Teresina não possui Plano Anual de Contratações vigente. A demanda encontra-se, contudo, alinhada ao planejamento estratégico da CEASF/ETURB, com dotação específica para Melhorias de vias Públicas.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada em 03 (três) lotes independentes, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme segue:

Lote 01

- Aquisição de 8.000 t de CAP 50/70;
- Transporte comercial de material betuminoso a quente (DMT = 600 km).

Lote 02

- Aquisição de 750 t de emulsão asfáltica RR-1C;
- Transporte comercial de material betuminoso a frio (DMT = 600 km).

Lote 03

- Aquisição de 1.200 t de emulsão asfáltica RL-1C;
- Transporte comercial por caminhão-tanque de 20.000 L (DMT = 600 km).

Demais requisitos:

- Fornecimento sob demanda;
- Produtos conforme normas ABNT, DNIT e ANP;
- Boletim de conformidade e nota fiscal por entrega;
- Modalidade: Pregão Eletrônico - menor preço por lote;

A opção pela modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por lote, mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente amparada e economicamente vantajosa para a contratação pretendida, em consonância com a legislação vigente e com as características do objeto.

O objeto da contratação consiste no fornecimento de insumos betuminosos padronizados, associados a serviços de transporte comercial, cujas especificações técnicas são objetivamente definidas por normas oficiais da ANP, DNIT e ABNT, não havendo espaço para avaliações subjetivas de desempenho ou soluções técnicas alternativas. Trata-se, portanto, de bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o que torna o pregão a modalidade mais adequada para a seleção da proposta mais vantajosa.

A realização do certame na forma eletrônica amplia a competitividade, assegura maior transparência, isonomia e publicidade ao procedimento, reduz custos administrativos, facilita o acesso de fornecedores de diferentes regiões do país e mitiga riscos de direcionamento, atendendo aos princípios da isonomia, competitividade, eficiência e economicidade.

O critério de julgamento pelo menor preço por lote justifica-se em razão da natureza integrada do objeto, no qual o fornecimento do insumo e o respectivo transporte constituem elementos indissociáveis, cuja contratação conjunta assegura:

- uniformidade técnica e logística no fornecimento;

- responsabilidade única pelo cumprimento do objeto contratual;
- redução de riscos de incompatibilidades operacionais;
- maior eficiência na fiscalização e na gestão contratual.

A divisão em lotes distintos por tipo de insumo foi adotada exclusivamente como medida de organização do objeto e de controle da execução, não representando restrição à competitividade, tampouco limitação à participação de fornecedores, considerando que os insumos demandados integram a mesma cadeia produtiva do setor de derivados de petróleo.

Assim, a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por lote, revela-se plenamente compatível com o objeto, assegura a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e encontra-se alinhada às boas práticas de contratação pública e aos entendimentos consolidados dos órgãos de controle.

IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Visando à instrução do processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico por lote, para a aquisição de insumos essenciais às ações de manutenção viária, foi realizado levantamento da demanda estimada para os seguintes itens:

- Lote 01 - Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP 50/70)
- Lote 02 - Emulsão Asfáltica RR-1C
- Lote 03 - Emulsão Asfáltica RL-1C

A base de cálculo adotada para os lotes 01 e 02 foi o consumo registrado no ano de 2019, período de maior desempenho da Administração quanto à execução dos serviços de recuperação asfáltica. O ano de 2019 foi, portanto, eleito como referência técnica em virtude da diretriz da atual gestão para cada ano, de 2026 a 2028, que visa retomar o padrão de produção e eficiência daquele período.

Nos anos subsequentes, verificou-se uma queda acentuada no consumo de insumos asfálticos, decorrente de restrições operacionais, impactos da pandemia da COVID-19, limitações orçamentárias e transições administrativas, que comprometeram a regularidade dos serviços.

Para garantir a suficiência de estoque e a continuidade dos serviços, foi aplicada uma margem de segurança de 50% sobre os valores de referência.

Lote 01 - Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP 50/70)

Histórico de Consumo (t):

Ano	Consumo (t)
2018	609,16
2019	5.309,30
2020	3.556,85
2021	671,23
2022	1.580,68
2023	1.423,82
2024	386,73
2025	589,130

Cálculo da estimativa:

- Consumo de referência (2019): 5.309,30 t
- Margem de segurança (50%): 2.654,65 t
- Estimativa total: 7.963,95 t
- Quantidade estimada para contratação (arredondada): 8.000,00 toneladas

Lote 02 - Emulsão Asfáltica RR-1C

Histórico de Consumo (t):

Ano	
-----	--

	Consumo (t)
2018	68,36
2019	485,67
2020	355,46
2021	96,08
2022	261,61
2023	46,05
2024	73,74

Cálculo da estimativa:

- Consumo de referência (2019): 485,67 t
- Margem de segurança (50%): 242,83 t
- Estimativa total: 728,50 t
- Quantidade estimada para contratação (arredondada): 750,00 toneladas

Lote 03 - Emulsão Asfáltica RL-1C

A presente justificativa fundamenta-se na necessidade de aquisição/aplicação de um volume estimado de 8.500m³ de massa asfáltica. Considerando as especificações técnicas de engenharia rodoviária para camadas de rolamento e reparos estruturais, adotou-se uma espessura média de projeto de 0,05m.

O volume dimensionado representa uma projeção aritmética acrescido o reflexo da demanda histórica e sazonal do município de Teresina. A capital possui uma malha viária extensa e submetida a condições climáticas extremas (altas temperaturas e períodos de chuvas intensas concentradas), o que acelera o surgimento de patologias diretas no pavimento asfáltico.

A execução contínua da Operação Tapa-Buraco exige um fluxo constante de insumos para garantir a trafegabilidade e a segurança dos munícipes, evitando o comprometimento das camadas subjacentes do pavimento (base e sub-base). Assim, o dimensionamento proposto incorpora uma margem de segurança estratégica voltada para o atendimento de demandas atípicas e emergenciais, garantindo a resiliência operacional da ETURB diante dos seguintes cenários:

- Intervenções de Terceiros (Obras de Infraestrutura): Correção de patologias decorrentes de cortes no pavimento realizados por outros órgãos públicos. Tais intervenções, muitas vezes não programadas no cronograma da ETURB, exigem recomposição imediata para evitar a degradação acelerada do entorno.
- Eventos Climáticos Adversos: O índice pluviométrico de Teresina pode gerar colapsos pontuais em vias de drenagem precária, demandando intervenções de urgência que excedem o consumo ordinário.
- Pavimentação de Trechos Pontuais: Inclusão de pequenas extensões de asfaltamento em vias que receberam obras de saneamento ou regularização fundiária, onde a continuidade do pavimento é essencial para a integração da malha urbana.

Dessa relação volumétrica, obtém-se a capacidade de cobertura superficial de:

$$A = V / e ;$$

$$A = 8.500 \text{ m}^3 / 0,05 \text{ m} ;$$

$$A = 170.000 \text{ m}^2 ;$$

Onde:

- **A** é a área de atuação (m²)
- **V** é o Volume Total (m³)
- **e** é a Espessura Média (m)

Portanto, a atribuição do montante de 170.000m² de área efetiva de atuação é tecnicamente justificada pela soma da manutenção preventiva e corretiva ordinária com a reserva de contingência necessária para a gestão de danos imprevistos. Tal planejamento assegura que a ETURB possua a capacidade de resposta imediata frente à dinâmica de desgaste da infraestrutura urbana de Teresina, mitigando riscos de solução de continuidade nos serviços essenciais de manutenção viária. A estimativa de consumo do insumo RL-1C foi calculada com base na projeção de aplicação mensal de 170.000 m² de massa asfáltica em operações tapa-buraco, o que corresponde a um volume total de 8.500 m³ de massa asfáltica anual.

Taxa de consumo de RL-1C:

0,14 t/m³

Equação utilizada:

- Quantidade de RL-1C (t) = volume de massa (m³) × taxa (t/m³)
- Quantidade de RL-1C (t) = 8.500 × 0,14 = 1.190,00 t
- Quantidade estimada para contratação (arredondada): 1.200,00 toneladas

Resumo das Estimativas por Lote

Lote	Item	Quantidade Estimada
01	CAP 50/70	8.000,00 toneladas
02	Emulsão Asfáltica RR-1C	750,00 toneladas
03	Emulsão Asfáltica RL-1C	1.200,00 toneladas

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA

A estimativa de preços adota:

- ANP: última tabela divulgada para CAP 50/70, RR-1C e RL-1C;
- DNIT: metodologia oficial de transporte;
- BDI diferenciado de 15%, conforme Instrução de Serviço/DG nº 06/2015 – DNIT;
- ICMS vigente no Estado do Piauí, local de entrega e consumo.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços oficial, utilizando como referência a última tabela de preços divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, vigente à época da elaboração do presente Documento de Formalização de Demanda.

Para a composição da estimativa preliminar de valor da presente demanda, foi adotado o BDI diferenciado no percentual de 15%, especificamente aplicado à aquisição de materiais betuminosos, em conformidade com a Instrução de Serviço/DG nº 06, de 31 de julho de 2015, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, bem como com os entendimentos técnicos consolidados no âmbito da Administração Pública para contratações dessa natureza.

Conforme previsto na normativa referida, o BDI diferenciado é aplicável aos casos de aquisição isolada de materiais betuminosos, tendo em vista as particularidades desse insumo, cujos preços são regulados por mercado específico, divulgados mensalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, não contemplando, em sua base, os custos indiretos necessários à adequada formação do preço final contratado.

A metodologia adotada considera, portanto, a aplicação do BDI diferenciado de 15% sobre o preço-base divulgado pela ANP, com posterior ajuste tributário relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, observando-se a alíquota vigente no Estado do Piauí, local da efetiva entrega e consumo dos insumos, em consonância com a legislação tributária estadual aplicável.

Tal procedimento encontra respaldo técnico na Instrução de Serviço supracitada, a qual orienta expressamente que:

“O BDI a ser utilizado para a aquisição de material betuminoso é o diferenciado, cujo valor é de 15%.”

A adoção dessa metodologia visa assegurar a correta recomposição dos custos indiretos, garantir a aderência da estimativa à realidade de mercado, preservar o equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação e evitar distorções orçamentárias decorrentes da aplicação de percentuais genéricos inadequados à natureza do objeto.

Ressalta-se que tanto o percentual de BDI adotado quanto o ICMS considerado encontram-se devidamente fundamentados em norma técnica oficial e na legislação tributária vigente.

A composição dos preços foi devidamente detalhada em planilhas de memória de cálculo específicas para cada insumo, contemplando aquisição e transporte, assegurando transparência, rastreabilidade e aderência aos critérios técnicos e normativos aplicáveis à contratação.

lote 1 - CAP 50/70 + Transporte (DMT 600 km)

Quantidade estimada: 8.000 t

Valor unitário do CAP 50/70: R\$ 4.381,41/t

Valor unitário do transporte: R\$ 265,23/t

Valor total estimado: R\$ 37.173.120,00 (trinta e sete milhões, cento e setenta e três mil cento e vinte reais)

lote 2 - Emulsão Asfáltica RR-1C + Transporte (DMT 600 km)

Quantidade estimada: 750 t

Valor unitário da emulsão RR-1C: R\$ 4.079,00/t

Valor unitário do transporte: R\$ 265,23/t

Valor total estimado: R\$ 3.258.172,50 (três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

lote 3 - Emulsão Asfáltica RL-1C + Transporte (DMT 600 km)

Quantidade estimada: 1.200 t

Valor unitário da emulsão RL-1C: R\$ 4.159,56/t

Valor unitário do transporte: R\$ 265,23/t

Valor total estimado: R\$ 5.309.748,00 (cinco milhões, trezentos e nove mil setecentos e quarenta e oito reais)

Valor Global Estimado da Contratação

R\$ 45.741.040,50 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil e quarenta reais e cinquenta centavos)

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada consiste na contratação integrada do fornecimento dos insumos betuminosos e dos respectivos serviços de transporte comercial, a frio e a quente, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com entregas sob demanda, conforme as necessidades operacionais da Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina, sob responsabilidade da CEASF/ETURB.

O modelo de fornecimento via SRP permite que a Administração flexibilize o volume e a periodicidade das aquisições, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo custos de armazenamento e mitigando riscos de degradação dos materiais, especialmente em razão das características físico-químicas dos insumos betuminosos. As entregas ocorrerão mediante autorização formal da CEASF, em conformidade com o planejamento das frentes de serviço e com o cronograma físico-operacional das atividades de pavimentação e manutenção viária.

A inclusão do transporte como parte integrante do objeto assegura a adequada logística de abastecimento, preserva as condições técnicas dos materiais durante o deslocamento, garante a regularidade do suprimento e evita interrupções na produção de misturas asfálticas, tanto do tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) quanto do Asfalto Pré-Misturado a Frio (PMF).

Dessa forma, a solução proposta assegura o abastecimento contínuo e previsível da Usina de Asfalto, viabiliza a execução regular e ininterrupta do cronograma de pavimentação, recapeamento, recomposição asfáltica e manutenção da malha viária urbana, otimiza a gestão dos recursos públicos, fortalece o controle da execução contratual e atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

VIII - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

O parcelamento do objeto em lotes distintos, correspondentes a cada tipo de insumo betuminoso e ao respectivo serviço de transporte, foi adotado como medida de organização técnica do objeto, racionalização da contratação e aperfeiçoamento do controle da execução contratual, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A divisão em lotes possibilita a formação de preços mais precisos e aderentes à realidade de mercado, ao permitir que os valores sejam ofertados de forma individualizada para cada conjunto de insumo e logística, evitando a diluição de custos e a formação de preços globais superestimados.

Adicionalmente, o parcelamento amplia a competitividade do certame, ao permitir a participação de fornecedores que, embora atuem no mesmo segmento de derivados de petróleo, possam apresentar condições comerciais diferenciadas para determinados produtos ou modalidades de transporte, sem impor ônus desnecessário à Administração.

Sob o aspecto da economicidade, a divisão em lotes favorece a obtenção da proposta mais vantajosa, uma vez que reduz o risco de subsídios cruzados entre itens, assegura maior transparência na composição dos preços e permite a comparação objetiva das propostas apresentadas.

Do ponto de vista da gestão e fiscalização contratual, o parcelamento facilita o acompanhamento das entregas, o controle de quantitativos, a verificação da conformidade técnica dos materiais e a apuração de eventuais responsabilidades, especialmente considerando as particularidades logísticas e operacionais associadas ao transporte de materiais betuminosos a quente e a frio.

Dessa forma, o parcelamento adotado mostra-se tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e juridicamente justificado, atendendo aos princípios da eficiência, competitividade, economicidade e planejamento, sem prejuízo à execução integrada e contínua das atividades de pavimentação e manutenção viária do Município de Teresina.

IX - RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a implementação da contratação proposta, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Assegurar a continuidade e a regularidade das obras de pavimentação, recapeamento, recomposição asfáltica e das operações de tapa-buracos, evitando descontinuidade das frentes de serviço em razão da falta de insumos ou de logística adequada, e garantindo o cumprimento do cronograma físico-operacional da CEASF/ETURB;
- Promover estabilidade operacional da Usina de Asfalto da Prefeitura Municipal de Teresina, com abastecimento previsível e controlado dos insumos betuminosos necessários à produção contínua de misturas asfálticas, tanto do tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) quanto do Asfalto Pré-Misturado a Frio (PMF);
- Reduzir custos indiretos e riscos operacionais, por meio do planejamento prévio, do fornecimento sob demanda via Sistema de Registro de Preços, da racionalização logística e da mitigação de paralisações, retrabalhos e contratações emergenciais, que normalmente resultam em maior dispêndio de recursos públicos;
- Elevar a eficiência, a durabilidade e a qualidade técnica das intervenções viárias, assegurando melhor desempenho estrutural dos pavimentos, prolongamento da vida útil das vias e redução da recorrência de patologias asfálticas;
- Contribuir para a melhoria da mobilidade urbana, da segurança viária e da fluidez do tráfego, reduzindo riscos de acidentes, desconforto aos usuários e impactos negativos à circulação de pessoas e veículos, em benefício direto da população do Município de Teresina;
- Fortalecer a gestão pública orientada a resultados, com maior previsibilidade, controle e transparência na execução contratual, alinhando as ações da CEASF/ETURB aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

X - CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A demanda está vinculada aos contratos de agregados minerais (brita, pó de brita e areia) e locação de máquinas asfálticas utilizados pela CEASF no cronograma de pavimentação e tapa-buraco do Município de Teresina/PI.

XI - IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação envolve o fornecimento e o transporte de insumos betuminosos, os quais, em razão de sua natureza físico-química, demandam controle ambiental rigoroso durante as etapas de carregamento, transporte, descarregamento, armazenamento e utilização, de modo a prevenir impactos negativos ao meio ambiente e à saúde ocupacional.

Os principais riscos ambientais associados à contratação concentram-se em eventuais vazamentos, derramamentos acidentais durante o transporte, emissões decorrentes do manuseio inadequado dos materiais, bem como no armazenamento incorreto dos insumos na Usina de Asfalto. Para mitigação desses riscos, serão adotadas as seguintes medidas preventivas e de controle, compatíveis com um Mapa de Gerenciamento de Riscos a ser formalizado na fase de execução contratual:

- Controle e fiscalização do transporte, com exigência de veículos adequados, em bom estado de conservação, devidamente vistoriados e compatíveis com o transporte de materiais betuminosos a quente e a frio, reduzindo o risco de vazamentos e acidentes ambientais;
- Exigência do uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos trabalhadores envolvidos nas etapas de carga, descarga, transporte e manuseio dos insumos, conforme normas de segurança do trabalho, mitigando riscos à saúde ocupacional;
- Procedimentos padronizados de carregamento e descarregamento, com adoção de boas práticas operacionais, minimizando a possibilidade de derramamento de material betuminoso em áreas externas ou sensíveis;
- Armazenamento adequado dos insumos na Usina de Asfalto, em tanques, recipientes e áreas apropriadas, com contenção secundária, sinalização e controle de acesso, em conformidade com as normas ambientais e técnicas aplicáveis;
- Previsão de medidas de resposta a emergências ambientais, incluindo a disponibilidade de materiais

absorventes, planos de contenção e comunicação imediata à fiscalização em caso de ocorrências, assegurando rápida atuação para mitigação de danos;

- Capacitação e orientação dos envolvidos na execução contratual, com foco em procedimentos ambientais, segurança operacional e prevenção de riscos, fortalecendo a cultura de prevenção e conformidade normativa;
- Monitoramento contínuo e registro de ocorrências, possibilitando a identificação de falhas, a adoção de ações corretivas e o aprimoramento contínuo das práticas ambientais ao longo da execução do contrato.

Dessa forma, as medidas propostas asseguram que os impactos ambientais potenciais sejam devidamente controlados e mitigados, demonstrando que a contratação foi planejada de forma preventiva e responsável, em consonância com as normas ambientais vigentes, os princípios da sustentabilidade, prevenção e precaução, e as boas práticas de gestão pública, estando plenamente apta a subsidiar a elaboração e a implementação de um Mapa de Gerenciamento de Riscos.

XII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Conclui-se que a contratação é necessária, adequada, vantajosa e plenamente alinhada ao interesse público, encontrando respaldo técnico, econômico e jurídico no DFD 47/2026/CEASF-DIR-ETURB.

(assinado eletronicamente)

Eng^a. Camila Moura de Sabóia Medeiros

Diretora da Coordenação Especial de Asfaltamento da ETURB

(assinado eletronicamente)

Eng^o. Jeferson da Silva Oliveira

Chefe de Supervisão Especial

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar:

(assinado eletronicamente)

Eng^o Vicente da Silva Moreira Filho

Diretor Presidente da ETURB



Documento assinado eletronicamente por **Camila Moura de Saboia Medeiros, Diretor da Coordenação Especial de Asfaltamento**, em 24/06/2026, às 10:32, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson da Silva Oliveira, Chefe de Supervisão Especial**, em 24/06/2026, às 10:32, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente da Silva Moreira Filho, Presidente da ETURB**, em 24/06/2026, às 16:17, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **15724432** e o código CRC **69DD6021**.

Referência: Processo nº 00081.001085/2026-57

SEI nº 15724432

Rua Clodoaldo Freitas, 664 - Bairro Centro - - CEP 64003-850 - Teresina - PI